

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA
CLEONICE SANTOS

A CONTRIBUIÇÃO DA DOCÊNCIA NO SÉCULO XVI PARA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO
PARADIGMA DO SER HUMANO: ANÁLISE A PARTIR DE ESTUDOS NA FRANÇA.

ANÁPOLIS – GO
2015

CLEONICE SANTOS

A CONTRIBUIÇÃO DA DOCÊNCIA NO SÉCULO XVI PARA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO
PARADIGMA DO SER HUMANO: ANÁLISE A PARTIR DE ESTUDOS NA FRANÇA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, com objetivo essencial para aprovação no Curso de Especialização em Docência Universitária sob a orientação da Prof.^a Dr. José Jivaldo Lima.

ANAPOLIS – GO

2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

CLEONICE SANTOS

A CONTRIBUIÇÃO DA DOCÊNCIA NO SÉCULO XVI PARA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO
PARADIGMA DO SER HUMANO: ANÁLISE A PARTIR DE ESTUDOS NA FRANÇA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, com objetivo essencial para aprovação no Curso de Especialização em Docência Universitária sob a orientação da Prof.^a Dr. José Jivaldo Lima.

Data da aprovação: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Jivaldo Lima
Orientador

Prof. Ms. Marisa Roveda
Convidada

Prof. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel
Convidada

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a DEUS, por me ter conduzido mais uma vez nesta caminhada como aluna.

Aos meus familiares, que me oportunizaram estar participando deste curso de pós-graduação, como também a meu orientador, por ter aceito me acompanhar em mais esta etapa. Deus lhes pague.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi verificar a contribuição da docência para construção de um novo paradigma do ser humano. Para embasar tal propósito, pensou-se numa breve análise da sociedade francesa, antes e durante o século XVI. Uma investigação dos fatores sociais e culturais que contribuíram para que o ensino, naquela época, não fosse observado a questão da idade entre os discentes, onde todos se misturavam, crianças, jovens e adultos, no contexto da sala de aula. O trabalho foi desenvolvido utilizando-se da pesquisa explicativa, bibliográfica do tipo qualitativa que muito contribuiu para esclarecer os assuntos em torno do conhecimento a que se pretendia chegar, tendo em vista a problemática levantada. Identificar a metodologia utilizada pela docência nas suas diversas áreas de atuação, bem como a sistematização do ensino torna-se importante; Pois esclarecerá como funcionava a educação no século XVI e XVII, respectivamente, na França. A arte de ensinar e o homem caminham lado a lado, em todas as etapas da vida, após a vida intrauterina. Portanto, justifica-se tal propósito tendo em vista que a arte de ensinar é fundamental para a construção de uma sociedade onde o humano possa ser modelado, baseando-se numa cultura onde os valores permeados possam contribuir para a formação de paradigmas, que façam jus a dignidade que lhes é inerente, condizentes com a grandeza da pessoa humana, a semelhança Daquele que os criou.

Palavras chaves: conhecimento, educação.

ABSTRACT

The objective of this work is to verify the contribution of the documentation to the construction of a new paradigm of the human being. To support this purpose, a brief analysis of the French history was considered before and during the sixteenth century. An investigation of the social categories and disciplines and contributions to teaching, at that time, was not observed the issue in the age between the students, where all mingled, children, youth and adults, without context of the classroom. The work was developed using the explicative, bibliographical research of the qualitative type that contributed a lot to clarify the knowledge about a subject, considering the problematic raised. Identify a methodology for documentation in the various areas of activity, as well as a systematization of teaching becomes important; For it will clarify how the century worked in the sixteenth and seventeenth centuries, respectively, in France. An art of teaching and man walk side by side, in all stages of life, after a life in the womb. What is a fundamental element for the construction of a society in which a model is created, being based on a culture where the values are permeated for a formation of paradigms, that do justice to a dignity that is an important thing, commensurate with a greatness of the human person, a likeness of Him who created them.

Key words: knowledge, education.

É pela experiência que verdadeiramente nos instruí; e, em suma, não se adquirem conhecimentos senão pela vida; é no decurso da vida que eles se integram em nós como um alimento. Só o que foi vivido por nós fundiu-se intimamente em nós e se tornou nossa substância intelectual, mola de nossa atividade e de nosso pensamento. (Leif e Rustin p. 316).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A FRANÇA ANTES DO SÉCULO XVI	11
2.1	POPULAÇÃO	12
2.2	ECONOMIA	13
2.3	FAMÍLIA	15
2.4	EDUCAÇÃO E ENSINO	15
2.5	CULTURA	18
3	A FRANÇA NO SÉCULO XVI	22
3.1	SOCIEDADE POLÍTICA ADMINISTRATIVA	22
3.2	ECONOMIA	23
3.3	MUDANÇAS CULTURAIS	25
4	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	33
4.1	A INDISTINÇÃO DAS IDADES NO INGRESSO NA ESCOLA	37
4.2	A PEDAGOGIA	43
4.3	A DOCÊNCIA E A INFLUÊNCIA DA CULTURA NA EDUCAÇÃO	46
5	A EDUCAÇÃO E O ENSINO DO SEXO FEMININO	53
5.1	CONTRIBUIÇÃO DA DOCÊNCIA NA SOCIEDADE FRANCESA, NO SÉCULO XVI, EM DIFERENTES ASPECTOS DA FORMAÇÃO HUMANA	56
6	CONCLUSÃO	61
7	REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por objetivo verificar como a docência contribuiu para a construção de um novo paradigma do ser humano. A partir de uma breve análise dos aspectos: político-administrativo social e cultural da sociedade francesa, antes e durante o século XVI, tendo em vista a comprovação da proposta da qual a pesquisa se tornou objeto de estudo.

Na pesquisa em questão optou-se pelo uso da pesquisa explicativa, bibliográfica do tipo qualitativa, porquê entendeu-se que essa abordagem contém informações de fontes mais fidedignas e, também por ser um recurso que ofereceu melhores facilidades de investigação. Estabelecendo um paralelo entre o que foi observado antes, e durante o século XVI, na sociedade francesa, disponibilizando subsídios favoráveis ao entendimento da contribuição da docência na construção do novo paradigma do ser humano. Analisou quais fatores concorreram na formação dos seres humanos nos aspectos a saber: ético, moral, espiritual e, como a docência influenciou nesta construção.

Considerando-se o aspecto científico e ético, todo trabalho foi desenvolvido a partir de estudos realizados por autores renomados. Conforme citação a seguir. ÁRIES (1960), DUBY e PERROT (1991) FRANCO (2001), GADOTTI (2001), LEIF e RUSTIN (1960), PERNOUD (1997) e SHAPIRO (1996), bem como, tanto outros que foram citados no decorrer do trabalho, contudo, sem tanta ênfase.

A sociedade francesa antes do século XVI era consolidada nos valores cristãos, onde a honradez e a fé eram os princípios norteadores da sociedade por mais de cinco séculos. O modelo de família predominante era a linhagem. A forma de governo da época era o feudalismo, que eram verdadeiras comunidades autônomas, onde seus senhores exerciam todo poder administrativo, financeiro e judiciário. Segundo (PERNOUD, 1997 p. 14).

Pela própria estrutura social vigente a sociedade, no século XVI, estava dividida em duas classes sociais o homem da cidade e o do campo. Sendo que essa divisão era notada em todas as instâncias, onde o cidadão francês se apresentasse de acordo com seus costumes e valores pertinentes aquela época. Posteriormente, com o desenvolvimento do comércio houve o crescimento das cidades, também a ascensão de outra classe social denominada burguesia, e, também a independência das cidades que se organizaram administrativamente, baseando-se no Direito Romano. Conforme (FERREIRA, 1985, p. 70).

No século XVI houveram grandes transformações sociais na sociedade francesa em virtude do contato com os costumes de outros povos, precisamente os de origem latina. Assim sendo, pelo fenômeno da influência recíproca entre os seres humanos os valores, costumes e, até normas se modificaram. De acordo com (PERNOUD, 1996, p. 14).

A partir do século XVI, toda a cultura francesa foi esfacelada, a família conheceu outro regime para estabelecimento do matrimônio, as mulheres foram relegadas apenas ao trabalho doméstico conforme prescrição do direito romano. A cultura hedonista prevaleceu sobre a moral, a religiosidade das comunidades foi completamente abalada, e, o aparecimento de conflitos de natureza religiosa, bem como a diversidade de igrejas interferiu até na atuação da administração do governo das cidades. Na visão de (PERNOUD, 1996, p. 14).

Nas comunidades primitivas, e, também na sociedade francesa, docência tinha o caráter solidário, ensinava-se o necessário a sobrevivência diária, estava restrita apenas ao atividades do cotidiano, como sejam: nadar, pescar, caçar, alguns ofícios e outros, para o público masculino e, os afazeres domésticos para o feminino. Também (GADOTTI, 2001, p. 25)

Todas as comunidades cristãs daquela época, inclusive a francesa, sofreram grandes abalos com a ruptura da igreja. Houveram grandes conflitos, o pensamento religioso foi abalado e, até a educação sofreu as consequências das transformações oriundas da reforma protestante. Para (GADOTTI, 2001, p. 26).

Naturalmente, a educação vai tecendo sua trajetória, a princípio sem a necessidade da escrita, nem do alfabeto, mas apenas da fala, ou seja o conhecimento transmitido verbalmente, apenas a oratória era suficiente para comprovação da avaliação do aprendizado. Como ressalta (PERNOUD, 1996, p. 25).

A arte de ensinar se difundiu aos poucos sem o caráter institucional. Os candidatos a escolarização são enviados a outras famílias, e o que deveria ser ensinado vai sendo repassado ou, na casa do mestre, ou apenas as crianças aprendiam os afazeres domésticos, no domicílio onde estava instalada, e, frequentavam, outro local onde aprendiam a ler e escrever. Segundo (ÀRIES, 1960, p.156)

Na história da educação houve momentos nos quais a didática conheceu o embrutecimento dos mestres, os quais se lançavam contra seus discípulos, como se a violência física fosse um método eficaz para que os mesmos atingissem o aprendizado. Conforme (LEIF e RUSTIN 1960, p. 151).

Não havia a separação das classes de acordo as idades dos alunos, nesse período, todos que quiseram estudar, com qualquer idade, frequentavam a mesma sala de aula, bem como o conteúdo aplicado era igual para todos, sem uma preocupação com a maturidade dos alunos para a compreensão do conteúdo ministrado nas salas de aula e, ou até mesmo, desrespeito entre os assuntos que eram tratados, em frente as crianças. Na visão de (ARIES, 1960, p. 118).

A educação começa exclusivamente para o sexo masculino. Posteriormente, as meninas começaram a serem acolhidas nas instituições de ensino das ordens religiosas. De acordo com (SHAPIRO, 1966, p.152).

A reforma protestante também influenciou na sistematização do ensino. Houve uma preocupação na difusão do ensino, no entanto constatou-se que a educação ministrada, não teve interesse voltado para a formação intelectual, com vistas a uma profissionalização do educando, estava apenas voltada para a memorização. (MANACORDA, 2002, p. 41).

As Universidades já era uma realidade no século XVI, no entanto, não atendeu a demanda, existiu uma seleção preconceituosa, onde apenas alguns privilegiados puderam aspirar a formação universitária. Também poucos cursos eram oferecidos, e, diferiam entre os sexos. Existiam profissões determinadas para meninos e meninas. (PERNOUD, 1997, p. 97).

2 A FRANÇA ANTES DO SÉCULO XVI

Os franceses, no século XVI, não tinham lugar fixo para residirem, não apenas estes povos, mas os povos antepassados de um modo geral, não se fixavam em parte alguma, o tempo de residência em determinado local não os motivava a se estabelecerem nele. Pois, ainda, não tinham formado vínculos com a terra, nem por questões financeiras, nem afetivas, viveram como nômades, provavelmente aproveitando-se das condições da terra no que se referiu as pastagens, ou ao cultivo da lavoura de subsistência, ou do clima, e, também pelo fato da inexistência da propriedade particular, tudo era de todos. Ou seja, a própria história do homem, que foi sendo construída a partir das decisões em relação a sua estabilidade nos lugares que lhes ofereceram condições para que aí se instalassem. Os homens viveram sem perspectivas, portanto, a instabilidade era característica marcante dos humanos até aquela época. Conforme Franco Júnior (2001).

Para Franco (2001, p.24)

Até a Idade Média observou-se que a propriedade era quase desconhecida como realidade material ou psicológica, não estabelecendo seja para o nobre, seja para o camponês uma ligação afetiva com a terra habitada e trabalhada, por isso a mobilidade dos homens até a Idade Média foi extrema e desconcertante.

Notou-se que a permanência dos homens, em determinados lugares foi estabelecida depois da Idade Média. Conforme discorreu o autor supra citado. Na visão de Franco Júnior (2001).

2.1 POPULAÇÃO

Segundo Franco (2001) a população das cidades, até o século XIII, era insignificante. Em virtude de mudanças constantes, pelo fato dos povos não permanecerem ligados a terra, a situação geográfica no que diz respeito a delimitação das cidades era pouco difundida, o estilo de vida do homem não contribuiu para sua ligação a terra. A construção da sua história foi se delineando, paulatinamente, em todos os setores da sociedade. Até o final da Idade Média na Europa não existiram muitas cidades, como também, era pequeno o número de habitantes, apenas cidades eram populosas, destaque para Paris, a capital francesa.

A mortalidade acentuada das mulheres, no século XVI, deveu-se a alguns fatores os quais puderam ser enumerados como possíveis causas, da diminuição da população. Anemia, e, outras doenças ocasionadas pela falta de vitaminas, falta de assistência à saúde das mulheres, também uma alimentação pobre em nutrientes, contribuíram para que o contingente populacional se mantivesse insatisfatório.

A anemia feminina era generalizada na alta Idade Média, daí a maior propensão das mulheres a certas doenças. Com a introdução de leguminosas na dieta e uma presença mais assídua da carne, peixe ovos e queijo, a mortalidade feminina diminuiu. (FRANCO, 2001, p. 34).

Portanto, o declínio populacional teve como causa principal o maior número de óbitos serem do sexo feminino, em detrimento do sexo oposto. Contribuindo assim, para que a população não alcançasse um número satisfatório de nascimentos, porque o índice de nascimento está ligado ao gênero feminino.

Considerando-se, ainda, a questão da mortalidade em proporções exacerbadas o fenômeno de maior relevância, que se tem notícia no século XVI, estava relacionada com a peste negra que dizimou vasta camada populacional em toda a Europa, chegando-se a estimar que o aumento populacional só alcançou o crescimento cerca de dois séculos depois, portanto, foi quase uma dizimação da espécie humana. A peste negra devastou um grande número de cidadãos europeus. Colocou em risco toda a população do continente europeu pelo baixo índice de natalidade observado, como também, atingiu a mão de obra já empobrecida em todos os setores de trabalho, naquele período. Segundo Franco Júnior (2001).

Até 1670, a peste negra atingiu toda a Europa. No conjunto estima-se que a Europa Ocidental perdeu cerca de 30% dos seus habitantes, naquela ocasião, e só retomaria o nível populacional pré-peste 200 (duzentos) anos depois, em meados do século XVI (FRANCO, 2001, p. 37).

Segundo Franco Júnior (2001) considera-se que a peste negra foi a grande vilã, no que tange ao empobrecimento populacional europeu, por vários anos.

2.2 ECONOMIA

A principal fonte de economia da sociedade francesa era gerada pelo trabalho no campo. Porém, tal tarefa era eminentemente braçal não atingindo uma produção satisfatória, pelo desgaste humano e, portanto, pouco rendimento no trabalho. A economia gerada apenas dos produtos oriundos da agricultura, sem o uso de outros meios, não gerava uma renda satisfatória para circulação de capital financeiro, que para crescer precisou de vários produtos de diversos setores, para serem ofertados no comércio gerando diversas transações comerciais implementando assim a economia. Com o uso dos animais como instrumento no trabalho agrícola, houve grande contribuição, propiciou o aumento da produção e conseqüentemente aumentou a qualidade de vida dos cidadãos membros das famílias da sociedade francesa.

O cavalo pode desde então ser utilizado nos serviços agrícolas, o que representa um grande ganho de energia: boi e cavalo têm a mesma força de tração, [...] desloca-se uma vez mais rápido e pode trabalhar uma ou duas horas a mais por dia. (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 39)

Com a alteração na modalidade de trabalho, utilizando-se da força animal, a agricultura ganhou novo impulso. E, como houve aumento das horas de trabalho, também, a produção foi naturalmente aumentada. Conforme Franco Júnior (2001).

Para Franco (2001), a economia na França, século XVI, se encontrava num período de declínio. Vários fatores concorreram para esta situação, a começar pelo sistema econômico, alicerçado basicamente na agricultura que estava sujeita a fatores climáticos, portanto, não controlados pelo homem. Falta de mão de obra, haja visto a crescente mortalidade, ocasionada pela peste, também por questões alimentares inadequadas para geração de energia corporal utilizada no desempenho do trabalho no campo. Todos esses fatores contribuíram para a desaceleração na economia, gerando uma crise dividida em dois períodos, que se estendeu por alguns anos.

Importa-nos mais buscar o entendimento da essência da crise. Sem dúvida, podemos afirmar que após uma fase A de crescimento econômico (1200-1316). A Europa entrou numa fase B depressiva que se estenderia até fins do século XV no sul e princípios do XVI no centro e no norte. (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 59)

Também Santos apud Pernoud (1979) além das dificuldades oriundas da situação econômica e, outras, as quais aquela sociedade estava exposta, conforme, as acima mencionadas, os cidadãos franceses, ainda enfrentaram outra problemática. A violência a que estavam expostos. Portanto, pequenos camponeses, incapacitados de se protegerem das invasões dos fora da lei da época, se refugiaram nos feudos, onde foram amparados pelos senhores, os quais gozaram de privilégios e méritos, para defenderem os senhores

feudais, e todos os cidadãos, que se refugiaram nos seus feudos, tanto em relação ao patrimônio, quanto a integridade física dos mesmos.

Este sistema de governo, o feudalismo, no qual a proteção dos cidadãos era garantida pelos senhores, propiciando aos servos a segurança necessária para aí se instalarem, geraram despesas oriundas da prestação desse serviço de segurança, que eram pagas com os frutos de seus trabalhos, assegurado pelo compromisso de não mudarem de local. O que trazia vantagens para ambos. Tanto para os camponeses como para os senhores. Na visão de Santos e Pernoud (1979).

De acordo com Santos apud Pernoud (1979, p. 520-534)

O servo da gleba – pequenos camponeses, desejosos de serem amparados no clima caótico decorrente da queda de Roma, punham-se sob a tutela de senhores; em troca de proteção, dava-lhes uma parte de suas colheitas e se comprometiam a permanecer no seu pedaço de solo – o que era vantajoso para o senhor.

Na visão de Santos apud Pernoud (1979) o senhor feudal da sociedade francesa tratava o “servo da gleba” de forma diferenciada, não era tratado como o escravo, que era totalmente desrespeitado em sua singularidade, era apenas um objeto, sem respeito algum pela sua pessoa. Enquanto o servo da gleba era considerado pelo senhor feudal, gozou de reconhecimento, fazia negociações com o seu senhor, planos, vivia no gozo da liberdade, para ir e vir, onde quer que desejasse, sem necessitar dar satisfações de todas suas ações. Pode-se dizer que usufruiu do status de cidadão, diante de tantos privilégios, os quais os escravos não tinham ainda alcançado. No entanto, constatou-se que naquela época, os considerados escravos na sociedade romana, eram homens considerados inferiores desprovidos de qualquer reconhecimento perante a sociedade, ocasionado pela discriminação, tão acentuada, e verificável, onde pelo simples motivo não possuírem o mesmo poder econômico, eram deixados a margem, pois as leis acerca do respeito, e do direito e a dignidade que é inerente a todo ser humano, ainda, não havia sido promulgada e, nem estabelecida no coração do homem. Segundo Santos apud Pernoud (1979).

Conforme Santos apud Pernoud (1979, p. 520-534)

O servo da gleba era tratado como pessoa à diferença do escravo romano, que era considerado réis, coisa. O senhor feudal não tinha direito sobre a vida deles, como tinham o senhor do escravo romano. O servo da gleba pactuava com o seu senhor espontaneamente.

Na visão de Santos apud Pernoud (1979), os povos franceses, ainda não tinham suas leis consolidadas, seguiram o direito romano, portanto, todos as suas ações estiveram em consonância com as leis praticadas pelo povo romano. Que consideraram seus iguais como simples objetos, os quais não tiveram nenhum mérito, eram apenas “coisa”. Interessante

esta constatação, pois, o sistema capitalista ainda não era conhecido, no entanto, o homem já era tratado a partir do capital econômico de que dispunha. Eram “coisa” e, não humanos.

2.3 FAMÍLIA

Os homens que constituíram a sociedade francesa, do século XVI, foram se formando e, aprimorando-se a partir dos princípios e valores da cultura onde estiveram estabelecidos. A sociedade francesa no que tange as questões familiares, não era constituída por um modelo de família como da atualidade. Era a linhagem o modelo de família predominante, que não se restringiu a um pequeno grupo constituído de pai, mãe e filhos. E, sim um grande número de indivíduos que fizeram parte de uma descendência do mesmo tronco. Todos os que pertenceram ao mesmo tronco não se separaram, constituíram suas famílias, casaram-se entre si, permaneceram no mesmo lugar. “A linhagem que estendia sua solidariedade a todos os descendentes de um mesmo ancestral”. Aries (1960, p.143).

Esta modalidade de instituição familiar perdurou por vários séculos, contribuíram para a formação da nova administração do povo francês. As linhagens foram mencionadas como futuro modelo da nova forma de administração nos territórios por eles ocupados. As linhagens foram um prenúncio para a origem do novo sistema político administrativo. De acordo com Aries (1960)

. Também para Pernoud (1997) a linhagem tornou-se a grande responsável para a origem dos feudos, pelos requisitos que cada uma delas foram dotadas, que eram os valores morais que seus antepassados fizeram valer em seus territórios, reconhecidos pela sua valentia e méritos entre seus concidadãos.

A história da feudalidade não é outra senão a das principais linhagens. A de uma linhagem, que se estabelece graças a sua fama de coragem ao valor de que seus antepassados tinham feito prova (PERNOUD 1997 p. 14)

Conforme Pernoud (1997), na França, no século XVI, a fama e a coragem tiveram grande valor, os feudos se organizaram a partir destes critérios. Os territórios eram divididos a partir das linhagens que originaram os feudos. Que posteriormente deram forma ao sistema de governo denominado feudalismo.

2.4 EDUCAÇÃO E ENSINO

Como ressalta Pernoud (1997) a educação e o ensino eram termos interligados. Não existiu educação sem ensino e, nem ensino sem educação. Até na Idade Média, na França, o ensino se dava “pela escuta da palavra”, ou seja, pelo método da memorização, “a

instrução é feita mais pelo ouvido que pela leitura”. Os livros não eram difundidos no século XVI, não existiu a imprensa, conseqüentemente as gráficas, nem a tecnologia, onde as leituras são disponibilizadas on-line. O modelo do livro utilizado como material didático, não ofereceu condições de manuseio. O ensino era repassado a todos sem distinção, através da escuta. Não existiu a sistematização do ensino. A palavra mediava toda a aprendizagem, até mesmo as avaliações eram orais. A titulação nas Universidades de Direito era conferida apenas com a avaliação obtida através do discurso. A escrita não era conhecida, portanto, não havia metodologia para ser seguida rigorosamente sob a pena até da reprovação, então a escrita não era averiguada nas diversas formas como se apresenta, seja através de artigos, monografias, que são exigidos nas conclusões dos cursos de graduações superiores, e os demais títulos os quais os profissionais das diversas áreas quiserem pleitear, após o término da graduação, como sejam: as pós-graduações, mestrados, doutorados e outros. Hodiernamente o discurso não está abolido, foi agregado a escrita, que juntos legitimam a titularização do educando. Na visão de Pernoud (1997).

Para Pernoud (1997, p. 104)

Hoje, os que faltam de memória visual, mais automática, necessitando menos do raciocínio que a memória auditiva, têm dificuldades nos estudos e na vida. Na Idade Média não era assim, recebia-se a instrução escutando, e a palavra era de ouro. O ensino também foi repassado a todos pela escuta da palavra, não havia a exigência dos livros, como também, da escrita, muito menos da alfabetização, o uso da palavra era considerado o exame por excelência, até aos profissionais liberais da área do Direito, não era exigido o conhecimento das letras, a memorização através da escuta, para posteriormente serem usadas, no momento oportuno era o suficiente. Ou seja, o discurso tinha até o poder de outorgar ao candidato título que lhe fizesse jus.

De acordo com Pernoud (1997) a palavra era “de ouro”, pois a palavra acompanhava a idoneidade e o conhecimento assimilado de quem a verbalizava. Era possível confiar, pois, como diz o ditado popular: “O papel aceita tudo”. E, infelizmente é assim mesmo, papel não se defende, não reclama, escreve-se nele o que quiser. No tempo da palavra de “ouro”, não existiam as “colas” nem compra de títulos; ninguém usurpava o conhecimento do outro, ninguém fazia a prova do outro e, muito menos fazia o trabalho para o outro e, nem pagava-se pelo conteúdo do trabalho e, ainda gloriar-se da nota máxima, proveniente de um conhecimento ilícito, mas que no papel lhe é outorgado. Impossível processos na justiça romana, reclamando os direitos autorais. Tempos de coerência entre a fala e a atitude. Conforme Pernoud (1997)

Ainda, como afirma Pernoud (1997) como ratificação do assunto em questão segue-se. Relatos mais claros confirmaram que a escrita, como também a leitura, que são conhecimentos desenvolvidos a partir da aprendizagem do alfabeto estavam relegados a segundo plano. E, não eram obstáculos para que os profissionais estivessem sendo considerados aptos a desempenharem suas funções, nas suas respectivas profissões,

especificamente na área do Direito. Parece que naquele período o ideal era ser dotado de boa memória, discurso acompanhado de uma linguagem verbal adequada e, conhecimento dos “costumes”, coroando assim o discurso do candidato. E, provavelmente, outros requisitos para os jovens cidadãos do século XVI, ingressarem no mundo do trabalho. Ainda, conforme Pernoud (1997) “Pode, portanto, ser-se um bom advogado e não saber ler, nem escrever, conhecer o costume, o direito romano, o manejo da linguagem e ignorar o alfabeto”. Portanto, é claro o relato acima que confirmava a titulação dos profissionais, independente do conhecimento das letras, bem como o uso da escrita. Conformando-se a uma realidade social, na qual os grandes inventos como a imprensa e outros, naquele contexto não se chegava nem a vislumbrar. Não saber ler, ou escrever era natural. A realidade social da época não impunha tal necessidade aos seus concidadãos.

Também Pernoud (1997), a educação, na Idade Média, estava destinada, também, as crianças. A educação começou a ser difundida, a igreja na França, no século XVI, entendeu que todos deveriam ter acesso ao ensino, facilitou o ingresso dos povos ao conhecimento, tanto nas escolas ligadas a igreja, como nas privadas. Então o fenômeno da escolarização foi sendo difundido na sociedade. Também nesse período já se apresentava uma diferenciação entre os estudantes que frequentaram determinadas instituições de ensino as escolas episcopais ou monásticas, ou ainda as capitulares, que gozaram de certos privilégios. No entanto, não se evidenciou a que se refere tal distinção, se pelo fato de que eram particulares, ou, se pelo ensino diferenciado.

Segundo Pernoud, (1997, p. 01),

Como em todas as épocas a criança da Idade Média vai à escola. Em geral, a escola da paróquia, ou do mosteiro próximo. Às vezes trata-se também de escolas simplesmente privadas. Mas os privilegiados são evidentemente, os que podem frequentar as escolas episcopais ou monásticas, ou ainda as capitulares.

Ainda, de acordo com Pernoud (1997) a história da educação, na França, conforme se observou era permeada pelo poder da igreja. No princípio apenas os futuros candidatos a vida monástica tiveram direito a educação mais aprimorada, com vistas a estarem pleiteando uma vaga, ao cargo de professor, ou, então, à vida monástica.

A igreja, também se interessou pelo ensino proporcionado pelas universidades, então, no governo do papa Gregório IX como extensão das escolas já em funcionamento as chamadas “escolas *episcopais*”, diferenciando-se destas, pelo fato de serem ligadas diretamente ao papa. A Universidade que era ligada à igreja Católica, teve sua criação através do documento papal, a carta denominada *Bula Parens Scientiarum* que autorizou sua fundação. Não obstante outros segmentos, da sociedade, também,

oferecerem o ensino universitário. A igreja, deu continuidade a tradição do ensino, universitário, hoje são conhecidas como Pontifícia Universidade Católica.

As Universidades são criações eclesiásticas, o prolongamento de algum modo, das escolas episcopais, das quais diferem do facto de dependerem diretamente do papa e, não do bispo do lugar. A bula *Parens scientiarum* de Gregório IX pode ser considerada como a carta de fundação da Universidade. (PERNOUD, 1997, p. 98)

Para Pernoud (1997), as Universidades Católica se formaram, enriqueceu a humanidade com os seus inventos, suas descobertas se consolidando, e, cumprindo seu papel social, na construção e aperfeiçoamento do conhecimento. Dando mostras do poder da ciência na expansão do conhecimento em todas as áreas da atuação humana. Com a aprovação da autoridade temporal suprema da igreja católica, a saber o papa.

2.5 CULTURA

Na visão de Pernoud (1997) até o século XVI, na sociedade francesa o requisito imprescindível para representar e zelar pelos interesses da comunidade, era o critério pautado na moralidade do cidadão junto aos seus descendentes, pois inexistiu uma estrutura administrativa alicerçada entre as cidades, pautada nas leis, prevaleceu os costumes em vigor, onde a autoridade se constituiu baseando-se nos valores morais dos reis, alicerçada no seu exemplo de vida, que era herança da linhagem da qual era descendente, se tornando o suficiente para manter a paz e equilíbrio entre as comunidades vizinhas. Estes não dispunham de recursos financeiros, nem de exércitos que defendessem seus territórios, e, também, seus dependentes, sua força era a da igreja representada pela “unção”, a moral e o respeito entre os seus concidadãos, que já gozaram os seus antepassados, sendo repassada de geração em geração. Toda a construção social daquela época não esteve desligada da cultura, prevaleceu a interligação entre passado e presente fomentando o futuro, em todas as ações cotidianas, do povo francês. Interessante, para ser ressaltado. O capital financeiro dos governantes era inferior ao dos seus governados, confirmando assim, o valor da idoneidade moral como superior a extensão dos territórios, pois a terra já estava representada como poder econômico da época, para os povos daquela sociedade. Segundo Pernoud (1997).

A autoridade real, até ao século XVI, fundou-se mais sobre a sua força moral que sobre os efetivos militares.

O rei de França dispõe, com o seu exíguo domínio, de recursos inferiores aos dos grandes vassallos. Mas o prestígio que lhe confere a unção e o elevado comportamento moral da linhagem capetinha revelam-se singularmente eficazes contra os senhores turbulentos. (PERNOUD 1997, p. 64).

Ainda, em Pernoud (1997) entretanto a força moral da nobreza entrou em declínio. Tornou-se enfraquecido este vínculo com o sobrenatural, toda a cultura começou a se

dissolver dando lugar a um novo modo de agir do homem, que quis se conduzir sozinho, sem um Ser supremo, para orientar-se, apenas foi conduzido pelas leis humanas. A autoridade constituída pelos homens, através das leis terrenas cheias de emendas, às vezes tornando-se obsoletas com os novos entendimentos dos poderes que a legislaram, e, assim, paulatinamente, foi se sobrepondo a autoridade celestial, para atender ao que o homem considerou correto, nas mais variadas situações da vida. Em consequência de tal mudança, a igreja enquanto poder temporal também enfraqueceu. E, toda a sociedade francesa começou a experimentar sua decadência.

Formaram-se novos paradigmas, ao sabor da cultura que foi sendo estabelecida, perdeu-se toda a essência na qual foi alicerçada seus valores e, deu-se ao povo um direcionamento para que suas ações fossem pautadas na ética e respeito entre os seus concidadãos. Tornando-se desprovida do que lhe era essencial que era a conduta pautada na retidão e princípios morais que nortearam a vida dos seus cidadãos. Desde os preceitos familiares até os princípios da administração, com vistas ao governo das cidades e, conseqüentemente de seus habitantes.

Para Pernoud (1997, p. 31)

Resta dizer que durante mais de 5 (cinco) séculos a fé e a honra permanecem a base essencial, a armadura das relações sociais. Quando a estas se substituiu o princípio da autoridade, no século XVI, sobretudo no XVII, não se pode pretender que a sociedade tenha ganho com isso, em qualquer dos casos a nobreza, já enfraquecida por outras razões, perdeu a sua força moral e essencial.

Ainda de acordo com Santos apud Pernoud (1997) a sociedade francesa estava de tal modo alicerçada, nos valores cristãos, éticos e morais, e foram suficientes. Por quê o “essencial era a fé e a honradez”, funcionavam como base para resolução de quaisquer problemas, ou decisões que permeiavam os relacionamentos no convívio entre os humanos, da aludida sociedade. As núpcias eram vistas como um fenômeno natural para a procriação e o bem dos esposos e, provavelmente o interesse das famílias envolvidas, então as uniões conjugais se concretizaram de acordo com o interesse dos pais, o fato ocorria tanto com a moça, quanto com o rapaz, era costume da época. Portanto, a escolha dos esposos não era decidida pelos nubentes e, sim, entre os pais dos contraentes, sem que tivesse havido nenhum constrangimento por parte dos futuros cônjuges. Tudo transcorreu de tal maneira que conforme o que ficasse decidido foi para o bem dos esposos, portanto, era acatado pelos futuros esposos, e, era tido com uma atitude louvável por parte dos mesmos. Pois não havia diferenciação. Tanto o homem quanto a mulher estiveram submetidos a mesma lei.

Verdade é que a jovem era dada em casamento pelos pais sem que tivesse livre escolha do seu futuro consorte. Todavia observe-se que também o rapaz era assim tratado; por conseguinte, homens e mulheres eram sujeitos ao mesmo regime. (SANTOS apud PERNOUD (1979, p. 520-534).

Como ressalta Pernoud (1997) a família diferiu do governo temporal, que pouco a pouco foi se afastando do sobrenatural, enquanto a instituição familiar aderiu a esta mentalidade, naturalmente amparada pela igreja, o reconhecimento do casamento entre os cidadãos como um ato que passou a ser ligado as questões sobrenaturais, pela Igreja, considerado, portanto, na condição de sacramento, deixou-se a observância do plano apenas natural, onde o outro era manipulado para salvaguardar os interesses da sociedade, ou, ainda, não era olhado em sua dignidade, sem poder de decisão, ou em outras circunstâncias, sendo utilizado apenas como objeto de prazer, para a satisfação da concupiscência sem obrigação moral, e, ou material, para ser visto a partir do plano espiritual, não sendo visto apenas como um contrato, mas uma instituição divina, tendo como base a vontade livre dos nubentes, que era o requisito indispensável para sua validação, sem a qual era considerado nulo, pois era um pacto que se constituiu para toda a vida terrestre, onde ambos eram responsáveis pelo bens temporais, e, também os bens espirituais um do outro, sendo que o bem espiritual por excelência, tinha como foco principal a vida eterna.

Segundo Pernoud (1997, p. 87)

A Igreja, pela primeira vez na história do mundo, via o casamento em relação ao indivíduo, e considerava nele, não a instituição, mas a união de dois seres para desabrochamento pessoal, para a realização de seu fim terrestre e sobrenatural; isto arrastava entre outras consequências, a necessidade de uma livre adesão em cada um dos cônjuges.

A família, ao ser considerada ligada ao sobrenatural, teve-se outra visão a respeito da instituição familiar. E, a geração dos que se formaram neles, pensou-se ser diferenciada, pois, era nesta que o homem se formava. De acordo com Pernoud (1997).

Para Franco (2001) portanto, os cônjuges dentro daquele processo civilizatório preocuparam-se com o seu fim terreno, pois era a uma única certeza de todo aquele que nasceu, a morte. Na sociedade francesa do século XVI, a morte foi considerada como fenômeno normal, inerente a condição humana. Não causava horror, nos séculos seguintes esta visão foi modificada.

O que causou inquietação, angústia e, pesares, estava ligado a dificuldade em relação a impossibilidade de controle quanto ao tempo, em que este fato se realizaria. Era impossível determinar o tempo preciso e, como era o momento da morte. A evangelização voltada para os valores eternos, que foi difundido pelo Cristianismo, moldou uma visão da morte como início de uma vida que não teria fim. A preocupação que era predominante naquela época, na verdade, era a morte súbita sem o tempo necessário para a preparação adequada, sem os procedimentos aconselhados para que fosse alcançada a vida eterna que

eram: a administração dos sacramentos, benefício aos pobres e outras exigências, como por exemplo, a lavratura do testamento. Se a morte ocorresse dentro do previsto, aqueles povos ficavam em paz, pois era o começo da vida que não teria fim.

Segundo Franco (2001, p. 188)

Eles tinham uma visão natural, tranquila, diferente da dos seus descendentes dos séculos seguintes. Como o Cristianismo ensina que a morte é o começo da vida eterna, e não o fim definitivo, chegado o momento as pessoas procuravam se preparar. A grande tragédia não era morrer, mas morrer inesperadamente, sem ter confessado, recebido os sacramentos e feito doações e esmolas, estabelecido o testamento.

Na visão de Pernoud (1997) a morte em todos os tempos, causou angústia e desconforto. Os povos franceses pela desinformação, ou talvez por desconhecimento do funcionamento de muitas coisas presentes no Universo, acreditaram que os fenômenos da natureza eram causados por seres sobrenaturais, como também os desastres naturais eram prenúncio da chegada do demônio.

Catástrofes naturais ou políticas eram frequentemente interpretadas como indícios da chegada do Anticristo. Havia uma difundida visão pessimista do presente, porém carregada de esperança no iminente triunfo do Reino de Deus. (PERNOUD 1997, p. 19).

A falta de esclarecimento a respeito dos fenômenos fomentou uma visão negativa acerca da realidade, todavia, eram esperançosos com relação a implantação de um sistema novo, o “Reino de Deus”. Onde o inimigo com todas as suas pompas e seduções, ou seja o demônio, seria eliminado. Pernoud (1997, p. 19).

Ainda, em Pernoud (1997) todos os povos, como também os franceses, no decorrer da história da humanidade foram construindo suas “tradições e costumes”, trata-se de todo arsenal religioso e folclórico que envolveram as suas crenças, lendas e, também a educação que foram construindo com seus métodos ao longo dos séculos, pelos seus concidadãos, que comumente é chamado de cultura. Os cidadãos, franceses, quando se misturaram com outras civilizações, não ficaram imunes ao processo de recíproca influência entre as culturas, que acabou desencadeando uma perda de valores naturais, que foram trocados por outros do novo grupo, ou até mesmo agregados.

Segundo Pernoud (1997) a França manteve sua cultura intacta durante muitos séculos, sem deixar-se influenciar por costumes de outros povos, passando a declinar mediante o contato com outros povos a partir do século XVI. Citando especificamente a cultura latina com suas leis, que foram a causa da decadência cultural da sociedade francesa.

Durante toda a Idade Média a França manteve intactos os seus costumes familiares, as suas tradições domésticas. Somente a partir do século XVI as nossas instituições

sob a influência dos legistas, evolui num sentido cada vez mais latino. (PERNOUD 1997, p. 14).

O conjunto de leis a que foi submetido aquele povo pôde ser considerado como responsável pelas transformações culturais na França, no século XVI. Pois, os comportamentos são punidos, ou reforçados a partir de como o Direito os interpreta. Então os “legistas” colaboraram para que houvesse mudanças sistemáticas na cultura francesa. Conforme Pernoud (1997).

3 A FRANÇA NO SÉCULO XVI

Na França, no século XVI, foi marcado por grandes transformações, toda a cultura vigente foi transformada, pela influência de outra cultura e, outros fatores. Todos os segmentos sociais foram transformados, por vários motivos: como sejam o contato com outros povos, também a perda da credibilidade dos valores religiosos com o advento da Reforma Protestante. Para melhor elucidar o assunto, passou-se a discorrer sobre a sociedade francesa no século XVI, com o objetivo de estabelecer um paralelo entre os dois séculos, para um melhor entendimento dos diversos assuntos que compuseram a proposta de estudo deste trabalho e a problemática em questão. Segundo Pernoud (1997).

3.1 SOCIEDADE POLÍTICA ADMINISTRATIVA

Na França, século XVI, o sistema político-administrativo era a Monarquia, que foi uma forma de governo onde o poder dos reis não conheceu limites temporais, tudo estava sob o seu controle. As suas decisões não eram questionadas, pareceu um modelo onde o bem comum estava colocado em primeiro plano. A autoridade real estava pautada em promover o bem estar da coletividade. Os senhores feudais eram detentores do poder temporal em todas as instâncias, desde a autoridade judiciária, também tiveram autoridade para cunhar moedas, e, ainda, eram responsáveis pela defesa dos direitos de seus súditos, pelo que receberam um pagamento, eram também comprometidos com a manutenção do equilíbrio do feudo, sendo que os bens terrenos não eram motivo para muitas contendas, toda polêmica não se sustentava pois as núpcias eram entre os súditos, funcionava como dispositivo para que fosse mantida a harmonia entre os mesmos, portanto, as propriedades não eram divididas, o bem material foi assegurado, as terras intactas, contribuíram desse modo para a manutenção da paz. De acordo com (Santos apud Pernoud 1979, p. 518)

O rei nos tempos feudais era senhor entre os senhores; governava o seu feudo pessoal, administrando a justiça, defendendo os seus súditos, recebendo as taxas a que tinha direito; os outros senhores deviam-lhe auxílio militar e se comprometiam a

entrar em guerra com ele, caso o reino fosse ameaçado. Devia procurar manter o equilíbrio entre seus vassallos e entre estes e o próprio soberano, servindo-se, para isto, do sistema de casamentos e heranças. (SANTOS apud PERNOUD 1979, p. 518)

A cultura francesa, no tempo feudal era pautada no bem estar dos seus cidadãos, todos foram comprometidos com a “justiça”. Qualquer ameaça a paz que reinava entre aqueles povos, era motivo para unirem-se, e juntos lutarem para estabelecer a concórdia. O rei viveu cercado de famílias que não se misturaram com outros povos, as uniões conjugais se deu entre eles, ou seja, casavam entre si, portanto, a herança não era cobiçada, pois, tudo era de todos, sem necessidade de partilha. Este sistema contribuiu grandemente para manutenção da paz. Ainda de acordo com Santos apud Pernoud (1979)

3.2 ECONOMIA

Segundo Aries (1960) O sustentáculo da economia predominante da época era o comércio e a agricultura, portanto ao homem do campo cabia a incumbência na lida diária dos afazeres do campo desde o cultivo da terra até a colheita, bem como o cuidado dos animais desde os utilizados como meio de transporte, como aqueles animais destinados a alimentação, e, assim, as gerações se agrupavam em torno do proprietário de um patrimônio.

Quanto mais avançarmos no tempo, e, sobretudo no século XVI, mais frequentemente a família do senhor da terra é representada entre os camponeses, supervisionando seu trabalho e participando de seus jogos. (ARIES ,1960, p. 133)

. Conforme Aries (1960), no século XVI, os homens que viveram no campo estiveram em torno dos seus senhores. Sendo que os camponeses na sua lida diária eram sempre supervisionados por seus senhores, em quaisquer atividades que estivessem praticando desde a lida no campo, bem como praticando jogos. Segundo Ferreira (1985) a economia se estabeleceu em outra modalidade, despontou outra forma de captação de renda, produzida pela compra e venda de bens de consumo, fazendo girar o capital financeiro, em torno da moeda em vigor, naquela época e sociedade. A agricultura já não era a principal fonte de economia.

Para Ferreira (1985), a partir do desenvolvimento do comércio surgiram mudanças em todos os setores sociais, oriundas dessa prática de geração de renda, sendo que a contribuição mais significativa foi para a origem de nova classe social, denominada burguesia, classe privilegiada pelo poder econômico de que são detentores, contribuindo também, para o fortalecimento das cidades as quais se tornaram autônomas, na França, na Itália, e na Alemanha.

Assim sendo o progresso, influenciou toda sociedade não só no aspecto financeiro, mas também político administrativo e social. Que a partir do intercâmbio entre os povos, foram assimilando novas práticas oriundas de outras cultura, em todos os segmentos da sociedade objeto deste estudo. Na visão de Ferreira (1985) a autonomia conquistada pela independência das novas cidades, conseguida entre os cidadãos das chamadas “cidades livres” citadas, desconhecera as práticas da Administração Pública, para governarem seus territórios, por isso, utilizaram-se de métodos praticados por administradores de outros povos e cidades, adaptaram suas normas no conhecimento do Direito, que era exercido entre os povos romanos.

Conforme Ferreira (1985, p. 02)

Posteriormente com a ascensão da burguesia ocorrida pelo desenvolvimento do comércio, que lhe obteve privilégios, bem como a autonomia das cidades que habitavam, dando lugar a chamadas cidades livres, repúblicas ou comunas, que se desenvolveram na França, na Itália, na Alemanha, que se valeram no tocante à sua Administração Pública, dos princípios do Direito Romano.

Para Filho José (2008) as mudanças sociais no que disseram respeito a forma de governo prosseguiram, e uma nova modalidade de governar se despontou, era denominado “Estado Liberal” forma de administração política, que nasceu com a Magna Carta, trouxeram uma novidade muito significativa na sociedade, em relação a visão de homem no que dizia respeito ao status social, o qual todo ser era dotado, pelo simples fato de serem humanos, portanto, detentor de direitos e deveres, os quais lhe são inerentes. Que até então era visto num sentido muito depreciativo para alguns, notadamente, como em todas as gerações, os que eram desprovidos de condições financeiras para manter o padrão de vida, já exigido naquela época, pela classe social detentora do poder econômico, que acabou por determinar as leis de todo sistema social vigente nas sociedades. Eles estiveram a frente em todos os setores, na política onde as leis eram promulgadas, nas melhores escolas, onde o ensino era sistematizado de modo diferenciado, no setor habitacional, no vestuário etc.

Ainda de acordo com Filho José (2008) a partir do século XVI, houve um grande avanço para a humanidade. Este novo olhar alcançado, que traz em seu âmago o entendimento que as diferenças provenientes da condição financeira, da raça, do sexo, não são excludentes, mas complementares para a própria estruturação da condição humana no planeta, onde todos os homens estão intimamente ligados em virtude da co-dependência entre os mesmos.

Então, a partir desta conquista, novos horizontes foram abertos, pois, o humano saiu do lugar de súdito, diminuiu as atitudes preconceituosas, que através do uso de palavras que na verdade eram termos pejorativos, que denegriu a pessoa, colocando-o numa condição de inferioridade, perante seus iguais, quando na sociedade o humano passou a ser

reconhecido como cidadão, se pôde dizer respeitado em sua integridade e unicidade, o que lhe deu o respaldo para ser responsável pela construção de sua própria história. E, a partir de então puderam reivindicar seus direitos subjetivos, que era o respeito como cidadão independente da raça, credo, profissão e situação econômica, perante o Estado. De acordo com Filho José (2008).

O Estado Liberal – A concepção democrática moderna, com raízes na Magna Carta de 1215, veio amadurecer no final do século XVI e XVII, sendo o liberalismo político e constitucionalismo fruto do que se pode chamar de revolução anglo-franco-americana. Por outro lado, desenvolveu-se o liberalismo econômico. Surgiu, em consequência, em lugar do súdito, o cidadão. Aquele que pode opor ao Estado direitos públicos subjetivos. (FILHO JOSÉ 2008, p. 02)

Ainda Filho José (2008) também, naquele momento da história constatou que a palavra Estado foi usada para designar sociedade política permanente, pela primeira vez, no século XVI, esta nomenclatura designou as comunidades que se formaram pelas cidades-estados, encontradas não apenas na Alemanha, mas também na França.

Segundo Filho José (2008, p. 02),

No sentido, porém de sociedade política permanente, a denominação “Estado” surge pela primeira vez no século XVI na obra “O Príncipe” de Maquiavel indicando, portanto, as comunidades formadas pelas cidades-estados.

O Estado privilegiou a comunidade, não apenas, no que disse respeito a administração do mesmo. Mas, também, contribuiu com os cidadãos que nele estavam instalados, já primando pelo zelo de sua integridade, enquanto seres detentores de direitos e, naturalmente de deveres. Supunha-se, que a cada direito correspondia um dever. Conforme Filho José (2008).

3.3 MUDANÇAS CULTURAIS

O século XVI foi marcado por grandes mudanças, em relação a cultura em vigor, o pacto estabelecido entre os nubentes passou a ter outro sentido. A religiosidade entre os povos se tornou motivos de vários conflitos, e outros setores da sociedade naturalmente também foram atingidos pelas mudanças culturais. Conforme (Shapiro 1996).

De acordo com Shapiro (1966, p. 92) “só no século XVI foi lançada uma campanha coerente contra todas as formas de nudez e de sexualidade extraconjugal”. A população foi alertada sobre diversos assuntos, desde o respeito ao corpo, que foi um tema tratado por diversos autores, como também pelas instituições, para que o homem daquela época, começasse a conceber uma nova mentalidade, com os cuidados referentes ao próprio corpo, e, também o respeito a família com a proibição da sexualidade que desrespeitasse o pacto estabelecido na sociedade conjugal.

Ainda em Shapiro (1966) a espiritualidade de algumas religiões teve por princípio, zelar pela integridade corpórea dos membros, tiveram como referência o sexto mandamento da Bíblia. Aquele zelo teve por objetivo evitar a gravidez precoce, sendo que a sexualidade está estritamente ligada a fecundidade e, na adolescência não era o momento mais indicado para que ambos pudessem assumir tal compromisso, que se associava a responsabilidade, preparação psicológica e financeira, que envolveu o nascimento de um novo ser. Segundo Shapiro (1996).

Também Duby e Perrot (1991) em algumas academias protestantes, e, também, na igreja Católica, não pouparam esforços, no sentido de salvaguardar os jovens da época, na preservação dos corpos da iniciação sexual, antes do enlace matrimonial sem o comprometimento que implicava as consequências desse ato, que quando não se tinha algumas precauções, poderia ocorrer a fecundação, que é o ato de gerar uma nova vida . Segundo Duby e Perrot, (1991, p. 64), “a partir do século XVI, a Igreja Católica empreendeu uma guerra sistemática contra todas as formas de relações sexuais pré-nupciais”.

As relações conjugais fora do contexto do matrimônio, eram terminantemente proibidas, pela igreja, e outros segmentos sociais. Além das instituições religiosas, verificou-se também, que as academias se preocuparam com a questão da castidade, e decência dos seus educandos, notadamente, na França. E, para isso foi proposto a observância da linguagem, no cotidiano, com vistas ao estabelecimento de um linguajar que tornou propício novos hábitos de civilidade, no seio da sociedade. Todos os cidadãos franceses foram convidados, se mobilizaram, e juntos construíram uma nova visão do homem, primando pelos novos anseios de moralidade. Conforme (Àries 1960):

Nas academias protestantes francesas, utilizavam-se os colóquios de Cordier (1564), que substituíram os colóquios de Erasmo, Vives, de Mosellanus etc. Os colóquios de Cordier revelam uma nova preocupação com o pudor e um novo cuidado em evitar afrontas à castidade e à civilidade da linguagem. (ÀRIES, 1960, p. 84).

De acordo com Bethencourt (2001) na sociedade francesa os valores espirituais estavam ligados não apenas as crenças, mas a cultura daquele povo, todas as decisões referentes a qualquer assunto, eram submetidas a apreciação do poder sobrenatural, que não se desvinculou da autoridade eclesial, portanto, os cidadãos franceses encontraram no poder da igreja um suporte para resolução de problemas de quaisquer natureza.

Ainda em Bethencourt (2001), os inúmeros conflitos por motivos religiosos perpassaram gerações, sendo causadores de uma série de transtornos na sociedade, em todos os tempos, pois as mudanças influenciaram todos os segmentos sociais, a política foi fortemente abalada, haja visto a diversidade de igrejas surgidas após a reforma. Então,

diferentemente do que se poderia imaginar a religiosidade daquele povo quando foi abalada repercutiu negativamente, em toda a sociedade.

A ruptura da comunidade cristã, seguida pela irrupção de violentos conflitos religiosos durante os séculos XVI e XVII, apresentou novos problemas ao pensamento político, principalmente a possibilidade de governar com uma pluralidade de igrejas cristãs. (BETHENCOURT, 2001, p. 153).

As diferentes confissões religiosas, naquela época, dificultaram a ação do governo. Pois a diversidade de credos, interferiu na forma de governar, tendo em vista que as leis temporais, da sociedade francesa do século XVI, não foram desvinculadas do poder sobrenatural, representado na época, pela igreja. Na visão de Bethencourt (2001).

Conforme Santos apud Pernoud (1979) confirmaram que, quando a autoridade religiosa entrou em conflito com a civil, as tensões se estabeleceram entre as mesmas, dificultaram o diálogo. Entretanto, o que se observou naquela época, na sociedade francesa, era que muitas vezes autoridades políticas se mostraram intransigentes quanto as questões religiosas, como também observaram-se situações conflitantes, em relação a fé por parte de alguns povos, não sendo apenas as ideias religiosas que contribuíram para o descrédito da autoridade da igreja, mas os povos influenciados pelos intelectuais da época, que ao transmitirem suas ideias, tiveram como propósito macular a proposta religiosa construída até aquela data. Então, o clero começou a perder a credibilidade entre os povos, deu-se o início ao descrédito pelo sagrado. A tradição da encenação dos “mistérios medievais” pelo grupo intitulado “Confrades da Paixão”, que apresentaram seus espetáculos para a comunidade no Palácio de Borgonha, foram terminantemente proibido pelas autoridades competentes, no século XVI, na França.

Segundo Santos apud Pernoud (1979, p. 520-534),

Ora o século XVI deu início a um período de anticlericalismo até chegar ao ateísmo e materialismo de século XIX. Os autores destes quatro séculos, inspirados por seus princípios filosóficos, alimentaram aversão dos tempos medievais, fortemente marcados pela fé e pelos valores religiosos. Também, neste século (1542) o Parlamento Francês proibiu aos “Confrades da Paixão” que continuassem a representar no Palácio de Borgonha, onde eles encenavam sempre para a multidão os Mistérios medievais.

Na visão de Shapiro (1966) a religião perdeu o prestígio dos séculos anteriores, e, as guerras religiosas se sucederam, na história da humanidade, influenciando a cultura vigente. Até, as crianças tomaram parte nestes conflitos. Segundo Shapiro (1966, p. 562) “alguns episódios das guerra de religião, no século XVI, tinham conhecido até mesmo a presença de crianças”. Os conflitos se tornaram constantes, e, todos se sentiram no dever de zelar pelos princípios religiosos atinentes aos seus respectivos credos. Assim sendo, até as crianças se sentiram impelidas, a defenderem sua religião.

Para Duby e Perrot (1991) alguns povos com o propósito de defender os princípios de sua religião, ligados a uma comunidade, fizeram motins naquela época, no Ocidente e Oriente, pois para eles era imprescindível que fosse mantida a integridade da doutrina da comunidade da qual eram membros. Não só a ligação a determinada comunidade foram causas de discórdias como também, a defesa da doutrina propagada. Existiram duas doutrinas, na mentalidade dos franceses, do século XVI uma verdadeira e outra falsa, portanto, a “verdadeira” teve que ser honrada a qualquer custo, a desonra proclamada pelo adversário teve que ser reparada, de alguma maneira, utilizaram-se até da teatralidade.

As violências religiosas do século XVI, por exemplo, são tanto mais exacerbadas quanto para cada comunidade se trata de se livrar das máculas transmitidas por adversários sacrílegos. Há que defender a todo custo a “verdadeira doutrina”, rejeitar a falsa doutrina com a ajuda de uma dramatização dos gestos e das atitudes cada vez maior. (DUBY e PERROT 1991, p. 565)

Conforme Santos apud Pernoud (1979) não apenas a religião foi tolhida em seu âmago, como também as mulheres que, anteriormente, tiveram um papel social de grande relevância, assumiram funções públicas juntamente aos esposos, administraram os feudos. Eram tão importantes quanto o seus esposos, também, tiveram o direito a coroação como rainhas etc. Segundo Pernoud (1979) “nos tempos feudais a rainha coroada como rei, geralmente em Reims, ou por vezes, em outras catedrais. A última rainha a ser coroada foi Maria de Medicis em 1610, na cidade de Paris”. Porém no final século XVI o Parlamento Francês, decretou que as mulheres deveriam ser afastadas das funções públicas, seguindo as normas contidas no direito Romano, que colocou a mulher na condição de apenas assumir a administração do lar e zelar pela educação dos filhos. Foi decretado a incompetência da mulher, para a atuação em outras instâncias sociais.

Para Santos apud Pernoud (1979, p. 520-534),

Foi somente no fim do século XVI, por um decreto do Parlamento Francês de 1593, que a mulher foi explicitamente afastada das funções públicas, naquele país. E, isto por influência do direito Romano, que mais e mais ia sendo adotado pelas legislações pós-medievais; foi então confinada àquilo que outrora e sempre foi o seu domínio privilegiado: o lar e a educação dos filhos.

A mulher no século XVI, viu seus direitos contestados, representou um retrocesso ao status que já havia alcançado perante a sociedade. Portanto na sociedade francesa a mulher retornou ao lar, para apenas cuidar da educação dos filhos. Conforme (SANTOS apud PERNOUD 1979).

Também em Franco(2001) as mudanças ocorridas no pensamento do homem naquele contexto histórico acabaram por atingir a estrutura social vigente, dando origem a uma nova mentalidade dentro da sociedade, sentindo seu reflexo o sistema em vigor denominado feudalismo, que teve seus princípios alicerçados pela cultura religiosa daquela

época, onde o pensamento dominante era fortemente marcado pela igreja. As inovações na sociedade francesa notadamente no político administrativo, com a nova classe social em ascensão, a burguesia, trouxeram grandes transformações naquele contexto social. As cidades, as Universidades, as ciências enfim, toda sociedade, sofreram os reflexos na mudança do novo sistema de governo, que passou do feudo-clerical para o feudo-burguês. Todos esses setores sofreram influência da burguesia. As mudanças na sociedade francesa, não se restringiram apenas a um setor. As instituições, os valores, em todos os aspectos foram atingidos. Pois, nenhuma instituição ficou imune ao processo da influência recíproca entre os povos e o sistema de governo, respectivamente.

Aquela sociedade passava da etapa feudo-clerical, para feudo-burguês, na qual o segundo elemento ia lenta mas firmemente sobrepujando o primeiro: emergiam as cidades, as universidades, a literatura vernácula, a filosofia nacionalista, a ciência empírica, as monarquias nacionais. (FRANCO 2001, p. 17)

Toda sociedade sofreu o impacto por ocasião da mudança de classe social, onde a ligação com a igreja foi interrompida, dando lugar a associação do novo vínculo o capital financeiro. Ocasionando um novo olhar das questões vinculadas a organização da sociedade, junto as instituições, como também na produção do conhecimento na área científica e, também em relação a administração política e social. Conforme Franco (2001).

Para Pernoud (1997) a sociedade francesa, também foi abalada no que diz respeito a instituição familiar, não ficou imune ao processo de transformação sofrido em outros segmentos. Anteriormente, a família que era ligada ao sobrenatural, quando, constituída a partir do sacramento, conheceu outro método relacionado apenas ao humano, passando a se constituir através de uma combinação entre os interessados, foi permeado por interesse financeiro, o que já não acontecia após a instituição do sacramento, tornou-se retroativo, foi divulgado o novo método para a instauração da família, onde os bens terrenos são a base da oficialidade entre as partes.

O casamento considerado até então, como um sacramento, como à adesão de duas vontades livres para realização do seu fim, vem acrescentar-se a noção de contrato, do acordo puramente humano, tendo como base estipulações materiais”. (PERNOUD 1997, p. 14).

Como ressalta Pernoud (1997) o casamento como contrato, terminava pela decisão de um dos cônjuges, diferentemente, do sacramento que só se extinguiu com a morte de um deles. Está assegurado pelo sobrenatural. Era a religiosidade, pautada na fé que embasava as decisões, nada era decidido aleatoriamente.

Para Pernoud (1997) o século XVI passou por transformações tão drásticas, que até o retorno a escravidão foi observado, contrariando todos os hábitos de civilidades que já haviam sido consolidados, apoiados no Cristianismo, o qual contribuiu para a construção de

uma nova visão do homem, enquanto sua dignidade como portador de direitos e deveres independentemente de credo, nação e etnia. “É curioso constatar que o fato paradoxal da reaparição da escravatura no século XVI, em plena civilização cristã, coincide com o retorno geral ao direito romano nos costumes” (PERNOUD, 1997, p. 168).

O reaparecimento da escravidão era vista como um retrocesso ao processo civilizatório já bastante adiantado naquela sociedade, a partir da influência da cultura romana, em contato com a sociedade francesa. Conforme constatou-se o direito “romano” desencadeou na sociedade em questão, um processo de devastação cultural, onde as conquistas já estabelecidas foram totalmente contestadas, como o citado especificamente o caso da escravatura. Na visão de Pernoud (1997).

Ainda em Pernoud (1997) o século XVI foi marcado por uma grande mudança de paradigmas, em todos os setores da sociedade, as questões de higiene, não passaram despercebidas. Sem mencionar outros fatores que contribuíram para que houvesse a perda dos hábitos higiênicos. E, provavelmente, outros hábitos vivenciados. O que era ressaltado, conforme enunciado do autor foi que estes costumes não ocorreram, anteriormente. Aconteceram como uma inovação, exatamente no século XVI, e também a sua consolidação pois, se estendeu por todas as gerações.

Os costumes se tornaram grosseiros no século XVI, que aliás viu serem desprezadas quase todas as práticas de higiene que a Idade Média conhecia (...) Ainda nos informa que “ainda aqui, conviria não confundir às épocas atribuindo indevidamente ao século XIII a porcaria repelente do século XVI e dos que se lhe seguiram até nossos dias. (PERNOUD 1997, p. 168)

A higiene é fundamental para a manutenção da saúde, infere-se que deve ter havido surtos de várias doenças, pois a saúde e a doença estão intimamente ligadas as questões higiênicas. “A porcaria repelente” conforme nos disse a autora não desagradava apenas a visão, mas também, e, especificamente o organismo. Hábitos de limpeza tanto ambiental, quanto corpórea, poderiam concorrer para a manutenção da saúde do corpo e da mente. Para Pernoud (1997).

Na visão de Leif e Rustin (1960) a Cristandade sofreu notadamente um momento de grande abalo em sua estrutura, quando houve a ruptura entre o papa e um monge, ambos da igreja Católica que culminou na sua separação, do catolicismo, dando origem a duas forças paralelas, catolicismo e protestantismo defendido pelo monge, que propagavam a evangelização dos povos, divergindo apenas na forma de evangelizar, pois, ambos são orientados pelo mesmo Evangelho, diferentes apenas na interpretação. A cultura de um povo abalada, principalmente no que diz respeito a espiritualidade, tornou-se o pivô, para o

declínio de toda civilização até então construída. Este fato causou grandes transformações em vários setores sociais inclusive na educação.

“O século XVI é, assim, o século da grande crise cristã”. Ao lado do humanismo – e transitoriamente com bem maior eficácia – um protestantismo ardente e um catolicismo revigorado trazem, assim, novas concepções pedagógicas. (LEIF e RUSTIN, 1960, p. 42).

A pedagogia acompanhou as transformações sociais que a princípio pareceram satisfatórias. As correntes pedagógicas funcionaram como bússolas, ou seja, nortearam a sistematização do ensino, eram elas as responsáveis pela metodologia do ensino, também pelos assuntos que deveriam ser tratados na confecção de todo o arsenal de materiais didáticos, os quais fundamentaram todo o conhecimento, que deveriam ser ministrados aos educandos. De acordo com (Leif e Rustin, 1960)

Na visão de Aries (1960) os estudantes do século XVI, levaram uma vida cheia de maus costumes, a promiscuidade era natural naquela época, tudo era permitido. Não se considerava nada como impróprio, os meninos frequentaram estabelecimentos nada recomendáveis, causando transtornos para o rendimento escolar, considerando-se que as noites em que não se tem um sono regular, pode comprometer o aprendizado, pois a sonolência inibe a capacidade de manter-se acordado e, portanto, impossibilitado de acompanhar as aulas, ou até mesmo seu comparecimento na instituição de ensino. Os jogos também eram causadores de problemas financeiros, comprometendo assim a atuação do estudante na sociedade. As danças eram permitidas também sem nenhum problema.

O comportamento dos estudantes tornou-se totalmente inadequado, em virtude de nem todos serem adultos, como também, pela incompatibilidade entre os hábitos dos cidadãos da vida noturna e a classe estudantil. Segundo Aries (1960, p. 64) “de fato os estudantes, assim como os outros meninos, não tinham o menor problema em frequentar as tavernas e os bordéis, em jogar dardos e dançar”. As práticas desenvolvidas em ambientes, onde a vida noturna se desenrolava, comprometeu a atividade estudantil, e, portanto, foram desaconselhados, em parte. Os entretenimentos deveriam estar em segundo plano. “Os mestres (dos colégios) não permitirão seus alunos, nas festas das profissões e outras, nem participem de danças imorais e desonestas ou usem trajes indecentes”. Segundo (Aries 1960).

A educação no que se referiu as universidades, não ficaram imune as transformações do referido século, já não se constituiu como instituição de aprimoramento e, construção do conhecimento científico, mas, tornou-se apenas projeção de uma situação cultural. Uma corporação onde apenas uma camada social teve acesso ao ensino. Foi feita uma

separação muito nítida entre os extratos sociais, a saber: burgueses, camponeses e artesãos. Para Pernoud (1997).

Os laboratórios onde se forjava o conhecimento que eram as universidades se tornaram centros de seleção, baseados unicamente no poderio aquisitivo dos que pleiteavam nela ingressarem, eram destinadas apenas a classe do topo da pirâmide, a saber, os ricos, reforçando o preconceito escondido, em que o homem do campo, não era dotado de inteligência para competir com os demais, situação que perdurou durante várias gerações, onde apenas o cidadão era indicado para o curso superior, enquanto os oriundos do campo, os mais simples, não tiveram acesso ao ensino universitário, e, sim, apenas ao conhecimento básico, acompanhado de um ofício, onde seu projeto de vida se concretizou como artesão e, ou outras atividades afins. Segundo (Pernoud 1997).

Para Pernoud (1997) o caminho da Universidade em outros tempos era para os dotados de capacidade intelectual diferenciada, considerando que já carregavam dentro de si a profissionalização que lhe era conveniente. Sendo assim, o profissional já nascia com o humano. Era só crescer e, estudar colocando em prática o dom que lhe é inerente. Também Pernoud (1997, p. 97) “os estudantes mais dotados tomam, naturalmente, o caminho da Universidade; fazem sua escolha, segundo o ramo que os atrai, porque cada um deles, tem um pouco a sua especialidade”. E, os demais só serviram para executar trabalhos os quais não necessitasse de nenhum conhecimento teórico, apenas colocaram em prática o uso da imitação. Seria isso uma seleção, em relação a quem deveria ingressar no ensino superior, ou preconceito? Daqueles que detêm o poder e, cercearam o caminho dos menos favorecidos, economicamente falando.

Para alguns intelectuais daquela época, a inteligência do filho do camponês, como também do artesão, era determinada. Só aprendia os ofícios ligados a classe operária, seu intelecto não se desenvolveu, era bitolado. Era uma questão pragmática. A exclusão da classe proletária ao ensino com vistas a construção de um projeto de vida diferenciado do seu contexto familiar, já datava de tempos remotos. Pois, através da educação se tornava possível ascender a uma nova camada social. E, ser pobre era estar fora do ensino superior. O sistema de governo embasado pela cultura da época, era o responsável pela manutenção, dessa situação, que determinava. Ser pobre: significava estar excluído do ingresso no ensino superior. Conforme Pernoud (1997) e Bello (SD)

Segundo Pernoud (1997, p. 166),

As universidades também sentiram a crise geral da época, deixando de ser centros de criação intelectual para se tornarem fortemente conservadoras e, assim, apenas reprodutoras culturais. Causa e expressão disso foi sua profunda elitização. Os estudantes pobres perderam o acesso a elas.

Também Bello (SD) era notória a diferenciação acerca do nível intelectual de cada cidadão, enquanto aluno, no entanto, constatou-se que os cursos oferecidos naquele século,

ainda eram insuficientes para acolherem os diversos tipos de inteligência, as quais os seres humanos, são dotados, isso confirmou o processo sempre contínuo do conhecimento científico, que não faz distinção de pessoas, apenas coloca o homem certo, para a atividade de que “tem um pouco a sua especialidade”, conforme a autora. Não fazendo uma discriminação preconceituosa, mas o encaixe perfeito naquilo que este trazia em sua essência. Também outros autores falaram do assunto claramente, que nem todos os alunos eram dotados de inteligência ou capacidade de aprendizagem diferenciada, que facilitasse o ingresso na Universidade, apenas alguns tiveram esse privilégio. O professor provavelmente deveria ser quem indicou os de inteligência superior e, portanto candidatos ao ingresso na Universidade

Como a educação teria ponto de partida a realidade psíquica do educando, era Vives da opinião de que só os alunos intelectualmente bem dotados, deveriam ser encaminhados a instrução superior. (BELLO, SD, p. 146).

Ressalta-se que, não apenas Pernoud, mas também Bello fez a observação que só os alunos “bem dotados”, deveriam ingressar nas Universidades, haja visto que a capacidade intelectual serem diferenciadas e, portanto, nem todos eram aptos a cursarem o ensino do terceiro grau. Portanto, considerando a cultura no século XVI, o referido pedagogo era contrário ao ingresso de todos no ensino superior. Conforme Pernoud (1997).

4 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Os povos franceses, bem como os antepassados não conheceram a escola como a conhecemos. Um imóvel dotado de infraestrutura específica que atende a todas as necessidades para desempenhar as atividades que compreende a sistematização do ensino. A arte de ensinar estava confiada a comunidade, para atender as necessidades do cotidiano, tais atividades, como a caça, pesca, uso do arco e a natação. A escola era o próprio espaço onde eles residiram. A educação primitiva era solidária e espontânea, estava ao alcance de todos. Conforme Gadotti (1999)

Na comunidade primitiva a educação era confiada a toda a comunidade, em função da vida e para a vida: para aprender a usar o arco a criança caçava; para aprender a nadar, nadava. A escola era a aldeia. (GADOTTI 1999, p. 23).

Os povos primitivos pautaram seus ensinamentos baseando-se na tradição. Era uma educação voltada para a praticidade. Não era um ensino profissionalizante, que exigisse uma formação continuada. (Gadotti 1999).

Segundo Aries (1960) a escola medieval não era destinada ao ensino teórico, primeiramente, estava voltada para a instrução, ou seja para o aprendizado de um ofício,

portanto era destinada aos jovens ou velhos, as crianças, pois não havia uma indiferenciação das idades. Todos eram recebidos “ao pé das cátedras magisteriais”. Onde todos se reuniram tanto os principiantes, como os que já frequentavam a escola, não havia separação entre os alunos, dispostos em classes, nem em relação a idade, nem ao nível da aprendizagem. Ninguém era discriminado pelo conhecimento, a escola era para quem estivesse interessado em aprender.

Para Àries (1960, p. 118),

A escola medieval não era destinada às crianças, era uma espécie de escola técnica destinada à instrução dos clérigos “jovens ou velhos” como dizia o Doctrinal de Michault. Ela acolhia da mesma forma e indiferentemente as crianças, os jovens e os adultos precoces ou atrasados, ao pé da cátedras magisteriais.

Ainda segundo Aries (1960) as escolas começaram a funcionar em salas alugadas, pelos mestres, por um preço previamente estipulado pelas cidades universitárias, geralmente estiveram em endereço próximo, uma das outras, entretanto, não mantiveram vínculo entre as mesmas, estiveram localizadas em ambientes totalmente improvisados, sem uma infraestrutura adequada, e, por que não dizer em local impróprio, sem as mínimas condições de funcionamento, pois nem o mobiliário imprescindível não existiu, que eram os assentos, ou qualquer outro móvel que os substituíssem, nem condições de higiene adequada. A cultura francesa da época, não admitiu o uso de um móvel, os “bancos”, destinado ao assento dos seus educandos, porque reconheceram como uma atitude inconveniente. O processo civilizatório não tinha alcançado aquela sociedade, os humanos estudaram nas escolas, tratados com a mesma similaridade dos animais irracionais, até o material que foi utilizado nas salas eram os mesmos usados para os irracionais, “ferrava-se o chão com palha” e, aí mesmo todos os discentes eram acolhidos pelo seu mestre, para as atividades específicas que se destinou ao alunado daquele tempo.

Conforme Àries (1960, p. 108),

Em geral, o mestre alugava uma sala, uma schola, por um preço que era regulamentado nas cidades universitárias. Em Paris essas escolas se concentravam em uma rua, a Rue du Fouarre: vicus straminis. Essas escolas, é claro, eram independentes umas das outras. Ferrava-se o chão com palha, e os alunos aí se sentavam. Mais tarde, a partir do século XIV, passou-se a usar bancos, embora esse novo hábito de início parecesse suspeito.

De acordo com Aries(1960) na escola frequentada pelos nossos antepassados, a disciplina era aplicada de maneira grosseira, brutal, a força física era confundida, com a autoridade, que deveria ser, pautada no diálogo e amor, os mestres daquela época agiram como verdadeiros carrascos. As humilhações se tornaram frequentes e os castigos corporais foram infringidos a todos que fizeram parte da população escolar, indiscriminadamente, o

chicote era para todos desde a crianças até aos adultos. A motivação para a ensinagem foi totalmente inconveniente, os hábitos de civilidade não haviam, ainda, sido divulgados. A agressão física era tida como um comportamento normal e, eficaz para obter êxito na obtenção do conhecimento.

Segundo Àries (1960, p. 118),

O segundo fenômeno que nossa análise revela é a dilatação da idade escolar submetida ao chicote: reservado de início as crianças pequenas, a partir do século XVI ele se estendeu a toda população escolar, que muitas vezes beirava e outras vezes ultrapassavam os 20 (vinte) anos.

Para Leif e Rustin (1960) a barbárie daqueles, que no século XVI eram considerados na condição de mestres, e, portanto, figura de autoridade, encontraram nos seus discípulos alvos fáceis, para que fosse descarregada toda sua ira, bem como falta de preparo para lidarem com os alunos, sendo respaldados pela cultura da época, que facilmente acatava todo desacato a integridade física e moral dos discentes, se estendendo até a seres indefesos e impotentes diante de tal situação.

Conforme Leif e G. Rustin, (1960, p. 151)

Mestres ordinários que à custa de muita pancada, ameaça e injúria, levam três anos e mais para fazer entrar (o alfabeto) na cabeça dos alunos...Que alarida e que chuva de pancadas quando interrogavam os alunos. Não são educadores da mocidade, mas carrascos e carniceiros.

Os docentes do passado, provavelmente, eram despreparados para o exercício desta profissão. Não eram professores, exerceram o ofício com atitudes grosseiras, consideraram a agressão física e psicológica como aliados no processo do ensino e aprendizagem. Foram considerados como agressores e, não mestres por alguns autores, não tiveram comportamento adequado para lidar com os outros, muito menos nessa parceria professor versus aluno. Conforme (Leif e Rustin 1960)

A história da escola sempre esteve ligada a evangelização, o ensino era necessário, mais para o conhecimento da “escritura divina”. No século XVI, não havia este arsenal de profissões intrinsecamente ligadas ao capital intelectual, e, também devido a condição da mulher que era vista apenas como administradora do lar. Houve uma diferenciação no conteúdo a ser administrado nas escolas para os alunos, no entanto, alguns pensadores já defendiam a necessidade de uma educação de qualidade para todos, com vistas a política administrativa das cidades, para os meninos, bem como a do lar para as meninas, pois, as meninas desde a sua criancice já deveriam serem instruídas, para serem apenas esposas e mães. Sendo assim foi necessário um ensino de qualidade para exercerem seu papel, o qual

deveria ser iniciado desde a infância, para que não houvesse estranhamento, e tudo parecesse normal, e, sem outra alternativa. De acordo com (Manacorda 2002)

E, como disse, mesmo se não existisse a alma e não fossem necessária a escola e as línguas para conhecer a escritura divina, todavia, para instituir escolas de ótima qualidade, para os meninos e as meninas juntos, em todas as localidades, bastará só esta razão: que o mundo, para conservar exteriormente sua condição terrena, precisa de homens e mulheres instruídos e capazes de governar adequadamente cidades e cidadãos e as mulheres capazes de dirigir e manter a casa, as crianças, como também mulheres desse tipo se educam assim desde pequenas. Portanto, é necessário que meninos e meninas sejam bem educados e instruídos desde a infância. (MANACORDA 2002, p. 197).

Segundo Franco Júnior (2001) o ensino era diferenciado nas escolas da época, século XVI, no que diz respeito ao conteúdo que foi ensinado aos alunos, as matérias eram diversificadas, cuidou-se apenas de ministrar um ensino que fosse uma base para o ingresso nas Universidades, posteriormente. Sendo conhecidas como pequenas escolas, pois ofereceram apenas uma instrução básica. “Em geral as pequenas escolas proporcionavam aos seus alunos as noções de gramática, de geometria, de música e de teologia que lhes permitiriam aceder as ciências estudadas nas Universidades”. De acordo com Franco Júnior (2001, p. 96).

Era um ensino preparatório onde todos tiveram acesso, com vistas a um aprofundamento posterior. Foi ensinado algumas matérias a todos, porém, o aluno que cursou teologia, foi permitido o estudo de outras ciências cursadas na Universidade. Conforme (Franco 2001).

Na visão de Gadotti (1999) não obstante os avanços no ensino da época, pelo fenômeno tão esperado a “democratização do ensino”, nem todos conseguiram ingressar na escola. Pois, prosseguiu, ainda, a divisão entre o trabalho; intelectual para os mais abastados e o manual para os mais pobres. Assim sendo, apenas os pertencentes a burguesia deram continuidade aos estudos. Enquanto, os menos favorecidos financeiramente, cursaram o básico. Tal fato, também esteve ligado a questão da profissionalização estar desvinculada da educação teórica, a transmissão do conhecimento intelectual não aconteceu, democraticamente, onde todas as gerações foram para as instituições para aprender a ler e escrever, mas apenas alguns privilegiados. Essa condição era tida como normal pela própria cultura, no século XVI. Só, os da nobreza eram dotados de intelecto, os demais apenas a força e a mãos para utilização nos trabalhos manuais, que eram destinados para os mais pobres. Os de classe altas pleiteavam o status, um lugar na corte.

Para Gadotti (1999, p. 79)

Apesar dos avanços a educação das classes populares e a democratização do ensino ainda não se colocavam como questão central. Aceitava-se facilmente a divisão entre trabalho intelectual e o manual, resultado da própria divisão social. Para

as classes dominantes o ideal era a formação do galant homme, que almejava a conquista de uma posição relevante nas cortes.

A educação dos empobrecidos sempre causou discussão. Aos pobres esteve destinado apenas os trabalhos manuais. A outra classe a intelectualidade. A educação, naquela época, já era considerada como meio de ascensão nas camadas sociais, já se pleiteava um lugar na corte assegurado pela educação, “status intelectual”, então os proletários tiveram que ser afastados dessa possibilidade. Segundo (Gadotti 1999).

Para Aries (1960) considerar que foi fácil o acesso ao ensino as classes populares é desconhecer a história. Alguns pensadores defenderam a ideia de um ensino de qualidade para todos, mas outros continuaram limitando o ingresso dos menos favorecidos a educação. Ministrando-se, apenas um ensino prático aos pobres. Alguns pensadores, propuseram um ensino igualitário para todos, no entanto, tratava-se da minoria. Muitos intelectuais da época, continuaram cerceando o direito de todos ao ensino de qualidade, privilegiando apenas a classe burguesa, do ensino mais refinado, e o povo condenado a aprendizagem voltada apenas para a prática de ofícios, que passaram de pai para filho, sem a necessidade do conhecimento institucionalizado, para pleitear uma profissão, na qual o ensino fosse a base por excelência. A filosofia da educação daqueles tempos era totalmente preconceituosa e elitizada. Segundo (Aries 1960).

Alguns deles, como Condorcet, permaneceram fiéis a ideia de um ensino universal aberto a todos. Mas a maioria propôs, ao contrário – a partir da expulsão dos jesuítas – limitar a uma única classe social o privilégio do ensino longo e clássico, e condenar o povo a um ensino inferior, exclusivamente prático.
(ARIES 1960, p. 128)

Tantos obstáculos para os pobres tivessem acesso ao ensino. Era necessário mantê-los como artesãos, não puderam aspirar outros postos. O sistema em vigência contribuiu para que os menos favorecidos continuassem tendo uma educação, onde o ensino se deu pela imitação e praticidade. Um ensino de qualidade destinado a todos não pode acontecer, pois uma classe não deveria ser contemplada, apenas alguns puderam usufruir da aprendizagem qualificada. Como ressalta (Aries 1960)

4.1 A INDISTINÇÃO DAS IDADES NO INGRESSO NA ESCOLA

A idade, entre os povos franceses no século XVI, não era contabilizada a partir do nascimento, não existiu a divulgação do registro civil, que legitima a filiação, nacionalidade e nacionalidade, respectivamente. Então a idade cronológica não teve tanta importância. Só a partir da escolarização que a idade começou a ter um sentido para os povos. “A importância pessoal da noção de idade deve ter-se afirmado à medida que os reformadores religiosos e civis a impuseram nos documentos, começando pelas camadas que passavam pelos

colégios”. (ARIES, 1960, p. 02). A instituição escolar foi fundamental para que se tomasse consciência da importância da contagem da idade a partir do nascimento. A documentação exigida com vistas ao ingresso na escola contribuiu, para este passo tão importante na vida dos seres humanos, na sociedade francesa, do aludido século. De acordo com Aries (1960).

Segundo Aries (1960) as diferentes etapas da vida não eram contadas a partir dos dias de vida tendo como início a data do nascimento e, sim a uma percepção mais ou menos vaga dos adultos ao redor. Foi necessária a intervenção dos pensadores e autoridades da época que difundiram e inculcaram nos demais, a noção que existe uma diferenciação nos diversos estágios da nossa existência. Até as designações que foram dadas as etapas da vida, daquele passado remoto, eram infantilizadas como seja: a “paparicação”, sem permitir uma passagem adequada as demais fases.

Para Àries (1960, p. 108):

A “paparicação” limitava-se às primeiras idades e correspondia à ideia de uma infância curta; o segundo, que exprimia a tomada de consciência da inocência e da fraqueza da infância, e, por conseguinte, do dever dos adultos de preservar a primeira e fortalecer a segunda, durante muito tempo se limitou a uma pequena minoria de legistas, padres e moralistas. Sem eles, a criança teria permanecido apenas o *poupard*, o *bambino*, o pequeno ser cômico e gentil com o qual as pessoas se distraíam com afeição, mas também com liberdade – quando não com licença sem preocupação moral ou educativa.

Aos poucos surgiram as definições para as fases da vida de acordo com a cronologia. Sem contudo corresponder a condição do ser, pois a palavra designativa de adulto, carregou no seu âmago um sentido pejorativo. “A própria palavra *truand*, que na gíria francesa moderna designa um adulto, vem do latim escolástico *trutanus*, “vagabundo”, palavra que se aplicava principalmente aos estudantes errantes, essa chaga da antiga sociedade escolar”. (ARIES, 1960, p. 121). Não se diferenciando de uma condição que colocou o humano na situação de marginalização. Generalizou um conceito que depreciou a todos. Não se teve o cuidado de fazer a devida separação dos costumes entre as diferentes gerações, e, portanto, também os humanos.

As fases da vida se estabeleceram em torno das instituições, e, permaneceu em muitas sociedades, sem uma clareza em torno dessa distinção, não existiu um vocábulo específico que distinguisse os nomes dados aos humanos nos tempos entre a transição da infância até a adultez propriamente dita, foram surgindo, paulatinamente, a diferenciação destas etapas da vida, até quando alcançaram o status de reconhecimento dentro da esfera social, a partir dos estudos que se realizaram e, foram obtidos a comprovação científica. Conforme Aries (1960).

Segundo Àries (1960, p. 123),

O *écolier* – o escolar – e esta palavra até o século XIX foi sinônimo de estudante, sendo ambas empregadas indiferentemente: a palavra *colegial* não existia – o *écolier*

do século XVI ao XVIII estava para uma infância longa assim como conscrito dos séculos XIX e XX estava para a adolescência.

Ainda, em se tratando da indistinção das idades, na França no século XVI. Pareceu não ter importância nenhuma a indiferenciação de idades, tudo valeu. No mundo da escola, todos que estiveram no mesmo ambiente da sala de aula eram equiparados no quesito idade, como também, no conteúdo que foi ministrado pelos docentes aos discentes. Conforme Àries (1960, p.11), “segundo um calendário das idades do século XVI, aos 24 anos “é a criança forte e virtuosa”, e assim acontece com as crianças quando elas tem 18 anos”.

Segundo Aries (1960) a importância da idade cronológica, também constituiu um fator de integração. Contribuiu desta forma, para ambientação entre os humanos, pois a mistura de idades no ambiente escolar, especificamente dentro da sala de aula, criou uma situação de desconforto, um sentimento de não pertença entre o grupo que não encontraram seus iguais, no interior das salas de aula. “Quando entrei para a escola, não sabia nada, nem mesmo ler o Donat, e no entanto eu tinha 18 anos. Tomei meu lugar entre as crianças pequenas; parecia uma galinha no meio dos pintinhos”. Conforme (ARIES 1960, P. 113)

As idades entre os discentes se confundiram naquele espaço geográfico denominado escola, precisamente dentro da sala de aula, onde, todos eram iguais cronologicamente falando, não houveram termos específicos para classificação das fases da vida. Como pôde ser percebido a ciência foi sendo construída, paulatinamente, com a colaboração de pensadores e observadores da realidade, e, assim as gerações futuras, foram gozando dos grandes feitos dos seus antepassados.

“Vi homens de idades diversas: “pueros, adolescentes, juvenis, senes”, ou seja, todas as idades da vida, pois não havia uma palavra para designar o adulto, e as pessoas passavam sem transição de juvenis a senes”. (ARIES 1960, p. 108).

As fases da vida ainda não haviam sido identificadas. A criança após os sete anos ingressaram no mundo dos adultos, sem considerar-se nenhum dos seus aspectos, físicos, psíquicos, e, outros que tão claramente serviriam para distinguir o adulto de uma criança. “Passados os cinco ou sete primeiros anos, a criança se fundia sem transição com os adultos: esse sentimento de uma infância curta persistiu ainda por muito tempo nas classes populares”. (ARIES 1960, p. 123). A fase infantil era curtíssima, e, assim perdurou por muitos anos nas famílias menos favorecidas economicamente falando. O mundo do trabalho era naturalmente inserido na vida da criança pelo contato com o adulto, a infância não era considerada como tal, pelo desconhecimento desta fase. A criança era considerada um adulto em miniatura.

A metodologia do ensino foi se adequando a maturidade dos educandos, paulatinamente. Foi um grande avanço, pois os métodos até então utilizados já eram

considerados obsoletos. Dado a condição de paridade entre adultos e crianças, descaracterizando a aprendizagem que só alcançaria seu objetivo com a observação das peculiaridades que são inerentes a cada fase da vida. Foi de fundamental importância para filosofia da educação esse entendimento, pois quando houve a tomada de consciência das diferentes fases da vida, facilitou para docência a aplicação de um procedimento mais adequado a metodologia de ensino, também contribuiu para nova divisão dos escolares de acordo com a capacidade intelectual dos mesmos, nas salas de aula, nos estabelecimentos de ensino. Onde as diversas “categorias” se confundiram. Segundo Aries (1960).

Também Aries (1960, p. 112).

Esse processo correspondeu a uma necessidade ainda nova de adaptar o ensino do mestre ao nível do aluno. Foi este o ponto essencial. Essa preocupação em se colocar ao alcance dos alunos opunha-se tanto aos métodos medievais de simultaneidade ou de repetição, com à pedagogia humanista, que não distinguia a criança do homem e confundia a instrução escolar. Essa distinção das classes indicava portanto uma conscientização da particularidade da infância ou da juventude, e do sentimento de que no interior dessa infância ou dessa juventude existiam várias categorias...A criação das classes no século XVI estabeleceu subdivisões no interior dessa população escolar.

Como ressalta Aries (1960) não obstante a continuidade das idades indiferenciadas nas salas de aula, começou a delinear-se a necessidade de uma disciplina condizente com a formação dos educandos, na época utilizou-se os conhecimentos psicológicos, que se distinguiram-se do chicote, dos insultos e todo descaso em relação ao respeito ao outro. Disciplina praticada até então nos estabelecimentos escolares. Começava no ambiente escolar um novo olhar para os humanos, pautado na consideração e respeito que deveria ter, uns para com os outros, que independeu da idade cronológica. A autoridade não se conquistou com a violência. “Pois, violência só gera violência”. A literatura difundida pelos pensadores, contribuiu para a formação desse novo método disciplinar aplicado aos discentes. Onde os docentes passaram a se preocupar com a orientação da juventude não apenas no aspecto educativo, enquanto preparação intelectual, mas também na formação integral dos mesmos.

A partir do século XV e, sobretudo nos séculos XVI e XVII, apesar da persistência da atitude medieval de indiferença à idade, o colégio iria dedicar-se essencialmente à educação e à formação da juventude, inspirando-se em elementos de psicologia que eram encontrados e que hoje reconhecemos em Cordier, na Ratio dos jesuítas e na abundante literatura de Port-Royal. Descobriu-se então a necessidade da disciplina: uma disciplina constante e orgânica, muito diferente da violência de uma autoridade mal respeitada. (ARIES 1960, p. 126)

Apenas alguns estabelecimentos de ensino, haviam aderido a separação dos alunos, em relação as idades, utilizando-se da divisão das classes escolares, “o colégio hierarquizado” já no século XIV, onde a criança já estava fora do contexto, onde a indistinção entre as idades se confundiram no ambiente da sala de aula. Foi a partir do séc. XV que iniciou-se o processo da divisão das classes escolares estabelecendo-se no séc.

XVI, propiciando um ensino adequado a compreensão dos alunos de acordo com a sua idade que também está aliado ao grau de maturidade, bem como a adequação do ensino do mestre, a indistinção da criança e do adulto não facilitou o ensino, pelo contrário, dificultou a compreensão escolar. Pois a aprendizagem deveria se adequar as faixas etárias. Segundo Aries (1960).

As classes escolares se confundiam em meio a indiferenciação das idades no decorrer dos séculos, causando uma confusão no interior das salas, onde os alunos de todas as idades se misturavam no mesma sala de aula, como uma situação natural, sem nenhum controle por parte das instituições da época. A instituição do colégio hierarquizado no século XIV já havia retirado a infância escolar da barafunda em que, no mundo exterior, as idades se confundiam. A criação das classes no século XVI estabeleceu subdivisões no interior dessa população escolar. (ARIES, 1960, p. 142)

As crianças oriundas das classes sociais menos favorecidas economicamente, continuaram no meio dos adultos, sendo influenciados pelos hábitos de promiscuidade, como o hedonismo, e grosserias tão normais daquela época, enquanto que as pertencentes a nobreza deveriam serem resguardadas do convívio escolar entre os adultos. Fazendo-se assim mais uma nova distinção entre o rico e o pobre, que já ocorreu em relação ao conteúdo ministrado, naquele momento também, na permanência da mistura das idades no ambiente da escola. De acordo com Aries (1960).

A criança bem-educada seria preservada das rudezas e da imoralidade, que se tornariam traços específicos das camadas populares e dos moleques. “Na França essa criança, bem-educada seria o pequeno “burguês”. (ARIES, 1960, p. 122).

Conforme Bello (SD) quando surgiu a separação entre os alunos embasada no nível de aprendizagem. Conseqüentemente em relação a idade, que naturalmente esteve interligado. Estando separados pelo nível de escolaridade, o que provavelmente, colabora para maior aproveitamento para os educandos, absorveram melhor o conhecimento. As escolas são as pioneiras neste método, que consistiu na divisão dos alunos em seções de acordo com o nível do aprendizado alcançado entre os aprendizes. De acordo com Bello (SD).

Os alunos das escolas eram divididos em três seções: a 1ª, a dos que aprendiam a ler e a escrever; a 2ª, a dos que se exercitavam nos rudimentos de gramática latina e a 3ª, a dos mais adiantados nesse estudo. (Bello, SD, p. 129).

A separação dos educandos, teve como princípio o nível do aprendizado alcançado. Foi um grande passo para o entendimento que a idade cronológica, tinha uma ligação com a idade psíquica. Era um prenúncio para os pensadores que se preocuparam com a distinção das idades dos alunos, com o objetivo de separá-los do mundo dos adultos.

A separação entre os escolares adultos e crianças se fez necessária, não apenas, em função do conhecimento, como também por questões morais, os costumes da época eram incompatíveis entre os dois grupos. A infância precisou ser preservada do comportamento dos adultos, a distinção entre as fases da vida embora tenha se dado de forma morosa, tornou-se inadiável. A França antes do século XVI, era uma sociedade onde os hábitos de civilidade eram praticados pelo “adulto cortês”. E a criança não era preservada da imoralidade praticada daquele tempo. Portanto, ao menos a criança que frequentou a escola foi poupada da prática de certos comportamentos inescrupulosos, não condizentes com a moral. Conforme Aries (1960).

Áries, (1960, p. 121),

Foi necessária a pressão dos educadores para separar o escolar do adulto boêmio, ambos herdeiros de um tempo em que a elegância de atitude e de linguagem era reservada não ao clérigo, mas ao adulto cortês. Uma nova noção moral deveria distinguir a criança, ao menos a criança escolar, e separá-la: a noção da criança bem-educada. Essa noção praticamente não existia no século XV e formou-se no século XVI.

Verificou-se neste tempo um fenômeno interessante na forma de um rito de iniciação, o que colaborou para que a aprendizagem fosse vista como necessária para todos. Foi também nessa época que a escola deixou de ser privilégio de alguns, para tornar-se instrumento normal de iniciação social, da passagem do estado da infância para adulto. Conforme Aries, (1960, p. 159) “a escola deixou de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado da infância ao do adulto”.

Como ressalta Aires (1960) com esta mudança os filhos não mais se ausentaram do meio de seus familiares, a criança tornou-se o centro. Houve uma mudança significativa nas relações familiares, bem como em relação a escola, várias contribuições puderam ser verificadas no que diz respeito a nova maneira do relacionamento entre as instituições: família e escola. A escola funcionou como instrumento para se iniciar novas relações entre os humanos, onde passou-se a compreender que a aprendizagem era necessária a todos e, também como afirmação do vínculo familiar entre os pais e filhos. Conforme Aries (1960 p. 159) “a substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados”.

A escolarização também contribui para a distinção entre as fases da vida, pois anteriormente não havia clareza com relação a este fenômeno natural a todo ser humano. Graças a correlação entre idade e o ensino pode estabelecer-se estas etapas da vida. Iniciando-se a partir de então o processo de diferenciação entre infância e a adolescência e os demais estágios da vida. De acordo com Aries (1960).

O período da segunda infância-adolescência foi distinguido graças ao estabelecimento progressivo e tardio de uma relação entre a idade e a classe escolar. Durante muito tempo, no século XVI e até mesmo no século XVII, essa relação foi muito incerta. (ARIES, 1960, p. 115)

A adolescência foi distinguida, porém não estabelecida, permanecendo ainda por algum tempo a sua falta de reconhecimento, como uma das diferentes etapas da vida, até alcançar a adultez. Conforme Aries (1960).

4.2 A PEDAGOGIA

A educação é um conceito amplo, não se esgota plenamente. Podendo ser entendido como um processo contínuo, construído pelas gerações, que descarta-se, ou aprimora-se e repassa-se, neste fluxo e refluxo. Tais conceitos podem ser encontrados embutidos ao longo deste trabalho, muitas vezes de maneira simples e clara, outras vezes subentendido, mas o óbvio é que a educação será percorrida com todo seu encanto. De acordo com o dicionário de Filosofia Abbagnano a educação tem duas formas de conceito que são fundamentais. Também, em Abbagnano se encontra a definição de educação no seu aspecto pedagógico, conforme passa-se a discorrer posteriormente. Portanto, a educação compreende toda formação do homem, não só no que diz respeito a profissionalização, mas na sua totalidade. Conforme Abbagnano (2007).

1ª A que simplesmente se propõe transmitir as técnicas de trabalho e de comportamento que já estão em poder do grupo social, e garantir sua relativa imutabilidade.

2ª a que, através da transmissão das técnicas já em poder da sociedade, se propõe formar nos indivíduos a capacidade de corrigir e aperfeiçoar essas mesmas técnicas.

3ª Na base da Educação atual existe a preocupação de respeitar o homem em sua dignidade (universal) e em sua especificidade (individual), e a Educação configura-se essencialmente como um processo de remoção dos obstáculos que impedem o desenvolvimento, bem como de promoção das potencialidades próprias de cada pessoa. A Educação definida como formação do homem e amadurecimento do indivíduo, consecução da sua forma completa ou perfeita. (ABBAGNANO 2007, p. 357-358).

A educação preparou o progresso, sem a qual o homem não vislumbraria o futuro. O professor é o seu grande aliado, ambos caminharam juntos para alcançarem seus objetivos sendo de um lado o formador do outro o formando, mas não se desvencilharam, por mais avançada que a tecnologia alcance seus projetos não conseguirá deletar a importância da figura do professor. Pode parecer paradoxal, que o aluno com o auxílio do professor consiga construir uma máquina que funcione como substituta daquele que foi o coadjuvante principal, para que sua invenção funcione plenamente, e seu objetivo seja alcançado. Sendo que, este invento quase se tornou seu adversário. Mas, o educador teria o seu papel na história da humanidade, o principal arquiteto da arte de ensinar, o professor “primário” poderia ser chamado a refletir sobre este assunto. De acordo com Leif e Rustin (1953).

Conforme Leif e Rustin, (1953, p. 12).

A educação, que é pelo menos, a transmissão às gerações seguintes, do que consideramos valioso nas aquisições da espécie, e pode até pretender preparar os futuros progressos, é obra humana primordial, que requer suprema largueza de vistas. Uma pedagogia é sempre o acabamento duma filosofia; e qualquer filosofia tende sempre a concluir numa pedagogia. Por modesto que possa parecer seu papel o professor primário deve, de vez em quando, pensar nisso.

A história da pedagogia delineou-se no início das civilizações no Oriente e Ocidente não de forma homogênea, mas com uma característica de similaridade entre os povos, a religiosidade, mesmo que a evangelização era administrada por membros de confissões diferenciadas, mas cumprindo sua missão catequética e, ao mesmo tempo educadora, no aspecto formativo, muitas vezes de forma opressora, conformando-se ao sistema político e social em vigência. Mas o que se observou foi que a arte de ensinar sempre esteve a serviço da evangelização dos homens, sem perder o caráter dinâmico, acompanhando a história da humanidade, aprimorando-se e adequando-se com a metodologia de cada época. Sem perder sua essência, que era puramente educativa, no que tange ao aspecto da formação religiosa e moral dos homens, que era o principal motivo da evangelização de todos os credos. Para tanto nas gerações passadas, utilizava-se das mulheres com o objetivo de alcançar tal intento. Acreditando-se ser uma aliada naquele século, diante de uma proposta tão enaltecida que era cristalizar os valores religiosos e morais de uma sociedade, na qual o processo de inculturação já estava plenamente instalado. De acordo com Duby e Perrot (1991).

Para Duby e Perrot (1991, p. 144)

A partir de 1560, Carlos Borromeu cobre sua diocese com escolas da doutrina cristã, onde leigos e eclesiásticos dão instrução a crianças arrancadas aos mais recônditos becos. Cerca de 20 anos mais tarde em certas cidades dos Países-Baixos surgem escolas dominicais encorajadas pelos jesuítas e destinadas às crianças que trabalham durante a semana. Os reformadores católicos compreendem então o papel chave que a rapariga pode desempenhar num processo de reconquista religiosa e moral da sociedade no seu conjunto.

Anteriormente o ingresso na educação se dava por um rito de iniciação e estava fundamentada na imitação e na oralidade, não existiu uma metodologia que fundamentasse o ensino. Era voltada apenas para as atividades cotidianas, todo ensinamento se deu de maneira gestual e oralmente. Sem a preocupação com a leitura e a escrita. De acordo com Gadotti (1999).

Conforme Gadotti (1999, p. 21)

A educação primitiva era essencialmente prática, marcada pelos rituais de iniciação. Era espontânea, natural, não intencional, a educação baseava-se na imitação e na oralidade, limitada ao presente imediato.

Segundo Aries (1960), era uma educação voltada para o aprendizado dos afazeres e necessidades da comunidade, uma educação prática. Não era um ensino profissionalizante, que exigisse uma formação continuada através do uso do livro e da escrita. Foi o essencial para atender as necessidades do dia a dia. Interessante mencionar, que a transmissão do conhecimento foi se delineando ao longo das gerações que se seguiram e, em nossos dias todos os homens vão para as instituições para aprender a ler e escrever, naturalmente. Deve-se, ainda, ressaltar, que a França no século XVI desconhecia a clara distinção entre aprendizagem intelectual ensinada nas escolas e, a aprendizagem no seio das famílias, onde eram chamados de “aprendizes”.

Áries (1960, p. 157)

De fato, a escola, a escola latina, que se destinava a aprendizagem apenas aos clérigos”. Essa condição era imposta pelo próprio sistema da época, onde o ensino se dava no seio das famílias, importante ressaltar que até mesmo “os clérigos eram confiados como aprendizes”.

Não havia este arsenal de profissões proporcionadas a partir da escolarização. Anteriormente o conhecimento era repassado na forma de um ofício que se deu pelo aprendizado dos afazeres domésticos, isso aconteceu também na França, onde as crianças aos sete anos de idade deixaram as suas casas e, partiram para outras localidades, foram conviver com outras famílias com ou sem contrato, quando passaram a participar do mundo dos adultos. Este fenômeno migratório das crianças do seio de sua família de origem, com vistas a serem educadas por outras famílias, era tido como natural. Ensino e vida da casa eram considerados com o mesmo significado, para os pensadores da época. Na visão de Aries, (1960).

Para Àries (1960, págs. 156 e 157)

Assim, o serviço doméstico se confundia com a aprendizagem, como uma forma muito comum de educação. A criança aprendia pela prática, e essa prática não parava nos limites de uma profissão, ainda porque na época não havia (e por muito tempo ainda não haveria) limites entre a profissão e a vida particular [...] As pessoas não conservavam as próprias crianças em casa: enviavam-nas a outras famílias, com ou sem contrato, para que com elas morassem e começassem suas vidas, ou, nesse novo ambiente, aprendessem as maneiras de um cavaleiro ou um ofício, ou mesmo para que frequentassem uma escola e aprendessem as letras latinas.

De acordo com Duby e Perrot (1991) o costume da retirada das crianças de seu ambiente de convivência, ou seja, do seio das suas famílias. Elas eram encaminhadas a outras localidades, para serem ensinadas. Foi enfatizada por outros autores. “A maior parte dos pais europeus separavam-se dos filhos pouco antes de estes fazerem dez anos. Não sabemos qual a intensidade dos contatos mantidos entre ambos após a separação”. Conforme Duby e Perrot, (1991, p. 64). Então a partir do momento da separação não foi

informado, se aquelas crianças retornaram ao lar de origem, ou qual foi destino daquele aprendiz, se perderam os vínculos com a família de origem, ou não, o fato era que em busca da aprendizagem naquele momento histórico, se deu dessa maneira.

Essa retirada das crianças com a finalidade de serem instruídas no seio de outra família, perdurou por vários anos, pois a introdução de um costume quando instalado, às vezes perpassa gerações. O fato era que a iniciação na aprendizagem se dava dessa maneira na sociedade francesa, no século XVI. Na visão de Duby e Perrot (1991).

A humanidade tendo assegurado o que foi necessário para sua sobrevivência, então viu a oportunidade de buscar conhecimento, para que fosse atendida outras aspirações. No entanto, já se instalava na mentalidade dos cidadãos a procura pela educação, não obstante, a falta de organização de metodologia e, teoria da educação. O interesse era notório, porém, não havia, ainda, diferenciação entre o que devesse ser ensinado aos sexos, isto se deveu a crença de que a mulher, naquela época, era dotada de inteligência incompatível com a do homem. Meninos e meninas eram portadores de inteligência diferenciada, portanto funções diferenciadas. A arte foi considerada, naquele contexto, como fator de identificação entre o nível de inteligência entre os sexos. Na visão de Duby e Perrot (1991).

Segundo Duby e Perrot (1991, p. 141)

Entre os séculos XVI e XVII aumentaram, de forma global, as aspirações educativas, uma vez que a sociedade assegurou a satisfação das suas necessidades mais vitais. A educação medieval, reduzida para a maior parte das pessoas apenas a imitação de gestos do trabalho e da oração não se preocupava ainda em distinguir entre os saberes próprios de um ou outro sexo. Os séculos seguintes confrontados com a nova exigência de produzirem quadros para os Estados e para a Igreja operam a distinção evidente, enquanto não é ainda admitida a igualdade das inteligências e das funções masculinas e femininas.

A arte plástica cooperou para que os pensadores da época verificassem a capacidade intelectual do sexo feminino, por ocasião da produção de quadros para a Igreja e, para o Estado, entretanto seu potencial artístico não foi suficiente para que houvesse a compreensão de que a mulher, no século XVI, na França, também era portadora de um intelecto tão capacitado quanto o homem, prevaleceu o impasse, no tocante a equiparação entre a inteligência masculina e feminina. Segundo Duby e Perrot (1991).

4.3 A DOCÊNCIA E A INFLUÊNCIA DA CULTURA NA EDUCAÇÃO

De acordo com Gadotti (1999) o processo educacional atendeu aos interesses dos governantes desde muitos séculos. Portanto, todos os profissionais que era reconhecido pela comunidade com o título de professor, se submeteu as autoridades competentes em todos os setores ligados a educação, que era um processo formativo onde educador e

educando se formavam de acordo com os objetivos traçados para serem alcançados em um dado momento. No século XVI, na França, foi proposta uma meta a ser alcançada pelos professores como preocupação primordial em relação a formação do docente. Tendo em vista seu aperfeiçoamento, para estar proporcionando aos seus educandos um ensino de qualidade. Conforme Gadotti (1999).

Como ressalta Gadotti (1999) a sociedade francesa, verificou a necessidade da formação dos docentes, colocou em evidência o estudo das línguas. Pois, naquele século, observou-se o fenômeno da revolução linguística, que cobraram dos professores o domínio de duas línguas, movimento denominado “bilinguismo”, sendo as línguas exigidas o latim e o vernáculo, portanto, já naquela época havia uma preocupação com a formação sistemática dos educadores, atendeu aos anseios dos representantes do poder, que provavelmente tiveram interesse na propagação das aludidas línguas, consideradas mais importantes, naquele momento. Segundo Gadotti (1999, p. 77) “o século XVI assistiu a uma grande revolução linguística: exigia-se dos educadores o bilinguismo: o latim como língua culta e o vernáculo como língua popular”.

Na visão de Gadotti (1999) o professor, no século XVI, já era considerado um aluno em potencial, seu conhecimento não estancou, ao contrário, a cada dia se agregou a outros saberes, o que enriqueceu todo seu cabedal intelectual, sempre a serviço da sua comunidade, como também um meio de angariar fundos para sua própria sobrevivência. Haja visto a descentralização do ensino no seio das famílias, e, portanto o reconhecimento de um representante entre os cidadãos, a arte de ensinar era considerada como profissão, então todo aquele que a exerceu fez jus a remuneração e, em consequência esteve a serviço dos governantes e dos governados através do vínculo empregatício, quer seja no poder público, ou privado. Conforme Gadotti (1999).

Segundo Ponce (1992) o pensamento pedagógico sempre se caracterizou pela influência das culturas vigentes, bem como alguns fatores da evolução histórica. Ocasionalmente o surgimento de algumas correntes pedagógicas. Em alguns períodos a educação se preocupou com a burguesia, sem se preocupar com as camadas populares. A educação naquele momento histórico, século XVI, teve os olhos voltados para as classes mais abastadas. Portanto, não atingiu os mais pobres. De acordo com Ponce (1992).

No século XVI surgem quatro correntes pedagógicas que se estendem até o século XVIII. 1ª a que expressa os interesses na nobreza cristã; 2ª a que serve a igreja feudal; 3ª a que reflete os anelos da burguesia protestante; 4ª a que traduz as tímidas afirmações da burguesia não religiosa. (PONCE, 1992, p. 120).

Ponce (1992) reforçou que pelo fato da profissionalização estar desvinculada da educação teórica, a transmissão do conhecimento intelectual não aconteceu, democraticamente onde todas as gerações vão para as instituições para aprender a ler e

escrever, apenas alguns privilegiados. Essa condição era tida como normal pela própria cultura. Na luta entre o bem e o mal sempre existem os que estão de um lado, ou do outro. Na história da educação não foi diferente, enquanto os jesuítas não privilegiou a educação igualitária para todas as classes, “outras ordens católicas”, se preocuparam com um ensino de qualidade para as camadas populares, deixando seu legado pelo zelo com o ensino dos menos favorecidos, naquele período. ”Mas se os jesuítas desprezavam de modo claro tudo que se referia a educação popular, havia outras ordens católicas que se encarregavam dessa educação”. Segundo Ponce (1992 p.123).

Conforme Ponce (1992, p. 121)

Da mesma maneira, antes e depois de ler e repetir o catecismo cantarão e à juventude, serão ensinados os salmos em alemão, onde não existirem capelas, esses exercícios serão feitos nela, algumas vezes, e outras vezes, em casas particulares, para que a juventude de todas as aldeias possam ser ensinada e não fique abandonada. A intenção do protestantismo era pois educar a burguesia abonada e ao mesmo tempo, não “abandonar” as classes.

A educação era direcionada tanto aos mais favorecidos economicamente falando, como as camadas populares, portanto, constatava-se o incontestável, “pobres sempre existiram sobre a terra”, todos tiveram acesso ao ensino, o que diferenciou era o conteúdo ensinado. Para a burguesia instrução, aos pobres a memorização dos textos bíblicos, pois existiu um sentimento para com os menos favorecidos de não abandoná-los. Provavelmente, muitos creram, que apenas a memorização de um ou outro conteúdo específico já era o suficiente. Para se conduzirem em toda trajetória da vida. Na visão de Ponce (1992).

Conforme Aries (1960) como o ensino era diferenciado entre os pobres e ricos. Os tratados de civilidade foram bastante utilizados. Os educadores foram responsáveis pela transmissão deste conhecimento que se difundiu entre os institutos. Neles continham ensinamentos sobre boas maneiras, vestuários, como usar os cabelos, como comportar-se à mesa, todas essas atitudes eram repassadas aos educandos tendo como objetivo o ensino da adaptação, e também o relacionamento satisfatório em qualquer contexto social onde estiveram inseridos.

Para Àries (1960, p. 173),

Do século XVI ao XVIII, as edições dos tratados de civilidade, bastante semelhantes, se sucederam [...] O fato de um educador devoto, fundador de um instituto educacional, cheio de responsabilidades e preocupações, ter tido o trabalho de redigir um manual que trata, como os manuais anteriores, das boas maneiras, do traje, do penteado, da conduta à mesa etc., é uma prova da importância que se atribuía a assuntos que hoje se tornaram triviais.

A educação foi difundida a todos, preocuparam-se com questões elementares, como os hábitos de “civilidade”. Alguns filósofos defenderam a docência para as mulheres, outros foram contrários e, assim a educação foi difundida a passos largos, sempre permeada com os interesses da evangelização, pensando-se na contribuição das mulheres com relação a

difusão dos valores morais, também com vistas ao relacionamento na família, como também na coletividade, observou-se também interesses voltados para facilitar o acesso ao ensino à aqueles que não puderam frequentar a escola nos dias regulares. Dentre os quais foram destacados: “Erasmus defende a educação das raparigas em nome do bom entendimento no seio dos casais e na sociedade onde os homens e mulheres são chamados a viver juntos”. De acordo com Duby e Perrot, 1991, p.142).

Na visão de Duby e Perrot (1991) não obstante, o entendimento do ingresso da mulher no ensino, tinha-se em vista apenas o ambiente familiar. Enquanto outros pensadores já privilegiava o sexo feminino, como dotado de capacidade intelectual tanto quanto o sexo masculino, outros quiseram podar a mulher de um direito que foi registrado na sua anatomia funcional, que homem nenhum na face da terra pode retirá-lo, salvo caso de acidente que venha ocasionar sequelas e, como também, problemas relacionados a genética, ou doenças e, ainda outros imprevistos que poderá lesionar esta capacidade que lhe é inerente. “Martinho Lutero fecha duplamente o espaço de saber tolerado às mulheres”. (DUBY e PERROT, 1991, p.142). Notou-se que pareceu existir uma intolerância quanto ao ingresso da mulher no ambiente escolar, provavelmente por ser considerada como inferior, ou ainda, por querer restringir sua capacidade a administração do lar, apenas para os afazeres domésticos.

Na visão de Duby e Perrot (1991) todas deveriam ter o livre acesso para o ingresso nas instituições educacionais, pois, a mulher não tinha sido levada, ainda, em consideração, naquele século, no tocante a docência sistematizada para o sexo feminino. Juan Luis Vives – No seu livro a “La institucion de las mujeres cristianas” 1523, está plenamente consciente de abordar um assunto ainda não tratado. “Favorável à instrução feminina, a das raparigas, das mulheres casadas e depois das viúvas”. (DUBY e PERROT, 1991, p.142). Independente do status social e, ou, ainda a condição em que se encontrou, enquanto papel social no momento, nada deveria funcionar como empecilho, para o acesso do sexo feminino no ambiente escolar institucionalizado. Conforme Duby e Perrot (1991).

De acordo com Leif e Rustin (1960) as questões da disciplina “a educação começou, assim, pela sujeição, senão mesmo pela coerção violenta. A palmatória e as varas são os atributos ordinários do magister”. [...] sob o império do chicote e da palmatória até puxões de orelhas. E os egípcios repetiram este provérbio. “As orelhas do rapaz estão nas costas: escuta quando batido”. Aristófanes fala de crianças que, na escola era moídas por uma saraivada de golpes”.

Portanto, a educação não fugiu da cultura antiga, quando era aplicado aos educandos castigos brutais, quer seja pelo caráter rude daqueles, ou, ainda aqueles que consideraram a punição como forma de educação. Lutero considerou, que “as punições são obras de

caridade”, e que com as crianças más era preciso “tomar lasca de carvalho e com ela alisar-lhes o pêlo”. Eis, dizia ele, “um linimento espiritual contra as doenças da alma”. (LEIF e RUSTIN, 1960, p. 150).

Quanta crueldade pôde ser observada dentro da realidade da sociedade francesa, no século XVI. Os registros dos autores da época serviram para nos informar sobre como a educação foi se delineando até chegar em nossos dias. Conforme Leif e Rustin (1960).

Aries (1960) afirmou que os franceses entenderam que algumas crianças eram dotadas de capacidade diferenciada, sendo isto considerado como um dote natural, o que tornou a criança apta para ingressar na escola muito cedo, juntamente com os adultos, continuando uma prática que era considerada natural, na Idade Média. Onde as idades se misturaram sem nenhum discernimento por parte dos educadores, com relação ao ensino ministrado a todos. Pois, acreditou-se que a facilidade para memorização era o mais importante, numa situação histórica onde a escrita e o alfabeto, ainda eram desconhecidos. Então, a facilidade para a assimilação do conteúdo, e vontade de estudar, já eram suficiente para o ingresso na escola. De acordo com Aries (1960).

Para Àries (1960, p. 114)

A precocidade de certas infâncias do século XVI e início do XVII nos pareceu ser uma sobrevivência dos hábitos escolares medievais, mas também do costume geral da aprendizagem, em que as idades eram misturadas e uma habilidade precoce não surpreendia mais do que o caráter excepcional de certos dons.

Um dos fatores responsáveis pela manutenção da infância precoce nos ambientes escolares foi a associação das mentes brilhantes na tenra idade, então, por este motivo, era perfeitamente admitida a criança na sala de aula, pois quem acompanhou o ensino da época, foi considerado apto ao ingresso na educação.

De acordo com (ARIES, 1960, p. 114). “Observava-se, aliás, que as carreiras brilhantes, como as dos nossos memorialistas, ainda se caracterizavam por uma relativa precocidade: durante certo tempo, a precocidade esteve ligada ao sucesso

De acordo com Aries (1960) o “sucesso” da criança na habilidade de memorização encurtava a “infância desconhecida”, no século XVI, colocou-a na condição de aluno, num ambiente totalmente inadequado, para sua condição no mundo. O fato associado com a “precocidade de certas infâncias” colaborou sobremaneira para que os educandos não fossem vistos como pessoas idôneas no passado, pois, no convívio com adultos portadores de comportamentos inadequados, provavelmente, eram assimilados pelos demais e, a partir da prática de tais atos, passavam a serem vistos, como portadores de uma conduta que não condizia com um cidadão de bem. Também, por que fizeram parte dos extratos sociais, ou seja os subalternos, aqueles os quais não tiveram boa aceitação na sociedade. Então, concluiu-se, que naquela época ir para a escola não era normal, nem fazia bem. Era visto

até como um mal. Geralmente eram confundidas com pessoas de má índole, não tendo nenhuma credibilidade, muito menos ascensão social. Eram pessoas as quais os demais não depositavam nenhuma confiança. Segundo Aries (1960).

“Nos séculos XVI e XVII, os contemporâneos situavam os escolares no mesmo mundo picaresco dos soldados, os criados e de modo geral dos mendigos. As pessoas honestas que possuíam algum bem desconfiavam tanto de uns como de outros”. (ARIES, 1960, p. 121).

Na visão de Bello (SD) toda mudança cultural que ocorreu no século XVI, influenciou todos os segmentos da sociedade francesa, portanto, a educação também foi influenciada, onde o estudante francês não sofreu apenas, com a discriminação entre seus concidadãos, não os pertencentes a burguesia, e, sim a outros extratos sociais. Mas também, em consequência do novo credo religioso, que ora se consolidou.

A escola quando influenciada pelo protestantismo, tornou-se incapaz de exercer sua missão que era de caráter instrutivo e formativo, para se tornar formal. Os confrontos em torno da doutrina em nada colaboraram com o processo educacional, pareceram ter contribuído para sua estagnação. A reforma protestante contribuiu de maneira decisiva naquela ocasião, para ofuscar a inteligência dos discentes, pois se instalou nas mentes a discórdia pelos sentimentos religiosos inflamados, pelas ideias dos reformistas. Impactando o desenvolvimento das mentes dos aprendizes. Segundo Bello (Sd).

Conforme Bello (Sd, p. 151),

A escola, sob a influência protestante foi, ao contrário inteiramente dominada pelo mais estreito formalismo, que em lugar de abrir à inteligência humana os ilimitados horizontes com que acenavam os reformistas, passou a ser, apenas, um campo de infundáveis controvérsias religiosas, sem dar à inteligência nenhuma oportunidade de verdadeiro desenvolvimento. Foi, por conseguinte, inteiramente nula, quando não negativa a influência da Reforma no conteúdo da educação.

Bello (Sd) afirmava que a reforma em questão teve uma repercussão totalmente negativa em relação a educação, desencadeou muitas dúvidas, causou divisão de pareceres, provocou uma estagnação no pensamento, não contribuiu em nada para o acréscimo da filosofia educacional e, conseqüentemente para a docência. Constatou-se que a referida Reforma, ocasionou uma situação morosa no desenvolvimento do conhecimento científico, também provocou mudanças repentinas, no pensamento pedagógico, até então utilizado, causou a divisão nos diversos segmentos da sociedade, desde aquele século, se estendeu para os séculos vindouros. A filosofia da educação foi gravemente prejudicada por ocasião do evento da Reforma Protestante.

Isso mesmo é o que diz Thomas Davidson, outro historiador insuspeito, porque não católico. “Verdadeiramente, a Reforma foi um movimento de tal vacilação e tais incertezas, seus campeões foram tão cegos e incoerentes com seu princípio fundamental dividiram-se tanto em sua opinião, que não produziram nenhuma filosofia, nenhuma nova educação”. (BELLO Sd, p. 151)

De acordo com Bello (Sd) o expoente da Reforma Protestante em uma carta as autoridades da Alemanha se pronunciou a respeito do descrédito da população, na educação após o movimento reformista. Reconheceu o declínio pelo qual passou a educação e fez uma alusão a falta das instituições de ensino, enfatizando também, a falta de cooperação dos familiares dos educandos nas atividades complementares, que são inerentes ao ensino, onde se contou com a participação da família como sejam: as tarefas de casa, revisão do conteúdo aprendido em sala de aula e outros. Na visão de Bello (Sd).

De dia para dia experimentamos como nos países alemães as escolas vão caindo em completa ruína. Desde que faltaram os mosteiros e as fundações, já ninguém quer ensinar os próprios filhos e obrigá-los a estudar. (BELLO, Sd, p. 154).

Constatou-se, assim a importância da família junto a escola, com vistas a continuidade do aprendizado que foi adquirido na escola. E, também o prejuízo causado a humanidade com o advento da Reforma.

De acordo com Gadotti (1999) o período renascentista foi marcado pela influência de alguns pensadores na educação. Que muito colaboraram na formação das ideias pedagógicas.

Erasmus Desidério (1467-1536) Manual do Cristão Militante e Questão da Paz; Juan Luís Vives (1492-1540) foi favorável a pesquisa e promoção das aptidões pessoais; François Rabelais (1483-1553) Gargântua; Michel de Montaigne (1533-1592) criticou seus contemporâneos, repudiou a erudição, criticou o enciclopedismo; Francis Bacon (1561-1626) criador do método indutivo de investigação; João Amós Comênio (1592-1670) organização do sistema educacional; Martinho Lutero (1483-1546) transferência da escola para o controle do Estado, nos países protestantes. (GADOTTI, 1999, pp. 62 a 65).

Todos estes pensadores deram sua contribuição quer seja no aspecto da formação profissional, como também humana, além do aspecto pedagógico que apareceu de maneira intrínseca na proposta filosófica de cada um deles. Houve, também, quem apontou caminhos que orientou a administração dos estabelecimentos de ensino para o poder público, nos países, onde prevaleceu a doutrina dos reformistas. Segundo Gadotti (1991).

Alguns autores se preocuparam com a formação humana que é um processo onde todos sofrem a influência do meio, onde influenciemos e somos influenciados, então a docência não deveria estar apenas voltada para o conhecimento técnico, teórico, mas, sobretudo voltada para a formação da personalidade, do caráter, de cada aluno, tentando assim assegurar a humanidade indivíduos coerente, portadores de integridade moral, cidadãos dotados de uma educação refinada “tendo o cuidado primordial da verdade e da sinceridade”. Leif e Rustin (1960).

Para Leif e Rustin (1960, p. 316)

Ninguém melhor que Montaigne fez compreender o que é conhecimento tornado consubstancial a nosso espírito, elemento inseparável da nossa personalidade. “As

abelhas, diz ainda com graça, colhem aqui e ali das flores, mas delas fazem o mel, que é só seu; e já não é mais tomilho nem manjerona”.

O conhecimento intelectual também, contribuiu com a formação da personalidade do educando, desde que fossem aplicadas estratégias de ensino que colaborassem com a formação espiritual, tendo como objetivo a inserção de princípios onde o discente norteasse suas ações modeladas nos valores espirituais e morais, colaborando com a sociedade onde estivesse inserido, e, pudesse ser valorizado pela conduta ética, num ambiente onde os demais privilegiassem um comportamento idôneo, entre os cidadãos de sua convivência diária. Facilitando, assim a implantação de um sistema pautado na retidão, respeito e, outros valores tão necessários a uma convivência saudável. Na visão de Leif e Rustin (1960).

A educação, considerada como cultura, não estava completa, se estendeu por toda a vida, não valorizou nem a infância, nem a juventude, como também não observou as idades dos educandos. “Assim como os pedagogos da Idade Média, eles confundiram educação com cultura, e estenderam a educação a toda duração da vida humana, sem dar um valor privilegiado à infância ou a juventude, sem especializar a participação das idades”. (ARIES, 1960, p. 124).

Segundo Bello (Sd) Luís Vives era um expoente da pedagogia, foi aclamado como o autor do sistema pedagógico mais importante de toda história da educação. No seu livro intitulado Tratado do Ensino, o autor nomeia assuntos referentes a Pedagogia, Moral e Psicologia. Enfatizou a analogia entre as respectivas ciências. [...]deve-se a Vives um dos sistemas pedagógicos mais bem pensados de toda a história da educação. O “Tratado do Ensino” onde se acentuou a relação da Pedagogia com a Moral e a Psicologia. (BELLO Sd, p. 146). O entrelaçamento entre as ciências humanas, já era reconhecido por alguns pensadores, entretanto, pareceu não ter se concretizado essa constatação. O conhecimento científico nem sempre foi reconhecido, pelo poder público. Até porque muitos dos que nos representaram não detinham conhecimento específico para administrar o bem comum. De acordo com Bello (Sd).

5 A EDUCAÇÃO E O ENSINO DO SEXO FEMININO

De acordo com (Aries (1960) as meninas não tiveram acesso a escolarização, no início do processo tido como educacional, o ensino era de exclusividade dos meninos, a exclusão das mulheres foi tida como normal, a infância era diminuída, muito cedo ingressaram na vida adulta, havia uma monopolização da educação para o sexo masculino. As meninas assumiram a vida conjugal muito cedo. Foi notória a desigualdade entre o homem e a mulher. Notou-se nos séculos passados, que a mulher, nem na infância, não era

vista em estado de paridade com o homem. O homem sempre tinha a primazia. As meninas só foram estudar tardiamente e foram confundidas com mulheres. Na visão de Aries (1960).

Se a escolarização ainda não era o monopólio de uma classe, era sem dúvida o monopólio de um sexo. As mulheres eram excluídas. Por conseguinte, entre elas, os hábitos de precocidade e de infância curta mantiveram-se inalterados da Idade Média até o século XVII. (ARIES, 1960, p. 125)

De acordo com Pernoud (1997) o conhecimento que foi ministrado ao gênero masculino era diferenciado do feminino. E, até mesmo os ambientes escolares eram separados. Diferentemente da atualidade a medicina era considerada conhecimento para as mulheres, assim como o das escrituras, e, as letras. Foi uma pena que a mulher tenha perdido esse referencial exclusivo, em relação a medicina. Pois, hoje em dia, seria muito mais fácil para as mulheres estarem pleiteando um diploma nessa área.

Para Pernoud (1997, p. 96)

Os rapazes eram separados das raparigas, que tinham em geral, os seus estabelecimentos particulares, menos numerosos talvez, mas onde os estudos eram por vezes muito activos. A Abadia de Argenteuil, onde foi educada Heloísa ensinava as raparigas a Santa Escritura, as letras, a medicina e mesmo a cirurgia.

Quando a docência foi direcionada para as meninas, não teve a mesma visão da importância do conhecimento ensinado para os meninos. Persistiu de maneira sutil a questão da diferença das inteligências em relação aos sexos. Na visão de Pernoud (1997).

Para Shapiro, (1966) a educação ministrada para as meninas prosseguiu sendo priorizada nas casas, a mulher só tinha competência para a vida religiosa e os trabalhos manuais. “A bagagem da “comum das mortais” não se prende com curiosidades acadêmicas, está cheia de verdades piedosas e de trabalhos de agulha” (SHAPIRO 1966. p. 169). Continuou a visão da educação primitiva, quando o repasse do conhecimento era administrado pelas famílias onde as crianças eram enviadas, sem formação teórica ligada a instituição, pautado apenas nas atividades cotidianas, acrescidas dos trabalhos artísticos e manuais, ou das “agulhas” como mencionou o autor.

A formação feminina continuou fora da instituição educacional para as classes de condições menos abastadas, assim sendo, a educação oferecida as meninas continuaram nas suas casas, ou ainda, em casas de estranhos, ou até mesmo de familiares de alguém que residisse nas proximidades. De acordo com Aries (1960, p. 160) “com exceção de algumas, que eram enviadas às “pequenas escolas” ou a conventos, a maioria era educada em casa, ou também na casa de outras pessoas, uma parenta ou vizinha. As transformações sociais ocorridas na sociedade francesa do século XVI, foram se sucedendo, contudo, no que tange a condição da mulher foram necessários vários séculos para as

mudanças se consolidarem. Se é que se pode afirmar a sua consolidação, plenamente. Conforme Aries (1960).

Segundo Shapiro (1966) a falta de condições econômicas era uma barreira para muitas meninas, terem acesso ao conhecimento, os altos custos cobrados pelas instituições de ensino afastaram as alunas daqueles estabelecimentos, portanto, as famílias menos abastadas mantiveram suas filhas privadas de obterem o conhecimento, e, muitas vezes o ingresso naquelas instituições não garantiram um ensino de qualidade, haja visto o desinteresse por parte dos educadores pela grande oferta das escolas de caridade, para as raparigas, como também por considerarem insignificante a educação para o sexo feminino. A idade como também o número de anos que as mantiveram nos claustros, não tinham importância alguma, contanto que fossem pagas. De acordo com Shapiro (1966).

Ainda na visão de Shapiro (1966) o interesse financeiro levou as mestras das classes pagas a não serem muito rigorosas em relação à idade das alunas, nem sobre o número de anos que lhes eram necessários para que aprendessem ler. Enquanto, as desafortunadas eram poupadas destes ensinamentos, bem como da separação da família por ocasião da busca do conhecimento ministrados nos conventos. As de classes abastadas passaram toda a infância nos internatos. Segundo Shapiro (1966).

A imagem de intermináveis infâncias femininas escondidas atrás dos muros dos conventos exige muitas correções para nos aproximarmos das realidades educativas dos séculos XVI a XVIII. Primeiro, pela população a que diz respeito, pois o internato num convento custa os olhos da cara. Efetivamente, a ausência ou a insignificância da fortuna da maior parte das famílias, poupa as raparigas do claustro. (SHAPIRO, 1966, p. 157).

Ainda, em relação a visão da educação ministrada nos internatos. A aprendizagem ocorreu de maneira inversa das instituições de caridade, onde se teve pressa que a aluna progredisse no alcance do conhecimento, para que fosse dado o lugar para outra, pois o objetivo da educação nas casas de caridade era que muitas alunas atingisse o conhecimento, diferentemente dos conventos. A fase da infância que foi passada nos conventos, o autor considerou improdutiva e de alto custo. Pontuou que era necessária muitas correções para que a educação que foi desenvolvida naquelas instituições pudessem reparar o atraso a que foram submetidas as meninas da sociedade francesa, no sentido de que pudessem ter acompanhado a educação ministrada no século XVI, se estendendo até o século XVIII. Conforme Shapiro (1966).

O mesmo não acontece nas instituições de caridade, preocupadas em abranger o maior número possível de alunas, e, por isso, sempre ansiosas que as raparigas progridam e deem lugar a outras ainda ignorantes. (SHAPIRO 1966, P. 160)

Era grande o número das que ainda precisaram serem educadas. A educação que foi dada as raparigas teve compromisso com a celeridade na aprendizagem, pois estava em

jogo, a vaga para outra candidata. Era muito importante o fator quantidade, pois muitas deveriam alcançar o ensino institucionalizado. Conforme a docência foi tecendo sua trajetória na sociedade francesa no século XVI. A educação acrescentou várias contribuições, positivas, não obstante os aspectos negativos que foram observados. Conforme Shapiro (1966).

5.1 CONTRIBUIÇÃO DA DOCÊNCIA NA SOCIEDADE FRANCESA, NO SÉCULO XVI, EM DIFERENTES ASPECTOS DA FORMAÇÃO HUMANA

Os aspectos negativos que foram observados, no decorrer da transcrição do conteúdo pesquisado acerca da contribuição da educação para o aperfeiçoamento do gênero humano, não ofuscaram os aspectos positivos que puderam ser observados

De acordo com Aries (1960) a docência também contribuiu para a distinção entre as fases da vida, pois anteriormente não houve clareza com relação a este fenômeno natural a todo ser humano. Graças a correlação entre idade e o ensino pode estabelecer-se estas etapas da vida. Iniciando-se a partir de então o processo de diferenciação entre infância e a adolescência e as demais fases da vida. Conforme Aries (1960).

O período da segunda infância-adolescência foi distinguido graças ao estabelecimento progressivo e tardio de uma relação entre a idade e a classe escolar. Durante muito tempo, no século XVI e até mesmo no século XVII, essa relação foi muito incerta". (ARIES, 1960, p. 115).

Na sociedade francesa do século XVI, não se distinguia as fases da vida como na atualidade. Graças ao fenômeno da escolarização fez-se esta distinção, entre os educandos. Na visão de Aries (1960).

A escola funcionou como instrumento para que tivesse início novas relações entre os humanos, onde passou-se a compreender que a aprendizagem era necessária a todos e, também como afirmação do vínculo familiar entre pais e filhos. A família não estava estabelecida como na atualidade, a escola deu sua contribuição para a nova configuração familiar, quando os filhos não precisaram mais se ausentarem do seio das suas famílias de origem para que tivessem acesso ao conhecimento, com a difusão das escolas pelo esforços dos pais, apoiados por autoridades, as crianças foram mantidas juntas aos familiares durante a infância, sem comprometerem o ingresso na escolarização. Conforme Aries (1960).

O clima sentimental era agora completamente diferente, mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola. (ARIES, 1960, p. 159).

Na visão de Bello (Sd) a família foi reconhecida como agente primordial na construção da educação da prole, e, portanto inseparável da instituição escolar, como colaboradora insubstituível da escola, a família esteve naturalmente interligada a instituição escolar e intermediou o processo educativo, dos respectivos filhos. “Reconhecendo na família, o agente natural da obra educativa, recomenda a mais estreita colaboração entre a escola e a sociedade doméstica”. (BELLO, Sd, p. 146).

Ainda, em relação a família e a importância do cuidado com os filhos que não deveria ser substituído por nenhuma instituição, que não fosse a própria família, era uma condição intransferível, portanto a presença dos pais era considerada indispensável, para o bom desenvolvimento dos filhos, em todas as instâncias sociais. Eram eles os responsáveis diante de Deus pela conduta dos filhos, e, também, perante a sociedade. Até que fosse alcançada a maioridade. Conforme Bello (Sd).

Segundo Aires (1960) a literatura passou a preocupar-se com a formação espiritual das crianças que era dada pelos respectivos familiares, não se restringiu apenas a literatura científica. Portanto, oportunamente, foram cientificados dos seus deveres de pais, no tocante a espiritualidade dos filhos, pois, essa prática conjunta, entre família e escola, da educação no seu sentido mais amplo facilitou o acesso ao aprendizado, bem como a prática destes ensinamentos.

Essa literatura, essa propaganda, ensinaram aos pais que eles eram guardiães espirituais, que eram responsáveis perante Deus pela alma, e até mesmo, no final, pelo corpo de seus filhos” (ARIES, 1960, p.194).

Também Leif e Rustin (1960) enalteceram o valor primordial da família na formação da prole. Consideraram que era um dano irreparável a falta de cuidado para com os pequenos. Esclareceram que não apenas os cuidados para com o corpo, mas também para com a alma. Enalteceram os filhos como dons de Deus, foram confiados aos pais para que fossem solícitos em todas as suas necessidades materiais e espirituais.

Não há maior dano para a cristandade que o descurar as crianças... E por isso é da mais alta necessidade que o homem casado se ocupe da alma do filho, bem mais profunda e aplicada que seu corpo; e não se considere esse filho senão como precioso tesouro eterno que Deus lhe confiou para proteger e para que nem o diabo, nem o mundo, nem a carne o roubem e o façam perecer. (LEIF E RUSTIN 1960, p. 51)

Na visão de Leif e Rustin (1960) as crianças foram os principais alvos do processo educacional. Que não se restringiu apenas ao ato de ensinar, o conhecimento intelectual ou científico, foi além, era um processo contínuo, que a propósito de sua intervenção visou o aprimoramento do homem, não apenas no aspecto da profissionalização, mas o homem como um todo. Competiu não apenas a família, mas também ao educador a missão de formador daquelas crianças, como também foi colocado na condição de principal

responsável por essa transformação necessária, que não modelou o homem para o seu bem apenas, no aspecto da sua individualidade, mas, o tornou um benefício para toda humanidade. Segundo Leif e Rustin (1960).

Em verdade, pois, educação é missão. O educador representa mais que a Sociedade. Representa a Humanidade. É o principal artífice do progresso humano no sentido que a história dos homens fez destacar-se e torna cada vez mais preciso. Já não temos que indagar da legitimidade da nossa intervenção. Intervir não é apenas um direito: é um dever. (LEIF e RUSTIN 1960, p. 145)

A educação não era vista apenas do ponto de vista da intelectualização apenas, ou da profissionalização, mas foi interligada a ética, aos valores, ao legado que cada um deixou a humanidade, visualizado nas ações cotidianas, de nada serviu o conhecimento sem o exemplo de vida e retidão. A educação era complementada pelos bons costumes. Todos os educandos prestaram contas dos seus atos, que foram analisados pelas atitudes diárias. De nada adiantaria os títulos conquistados pelo conhecimento científico, se não estivesse a serviço do bem da comunidade, o homem não se realizou senão pelo servir ao outro, mesmo que não fosse um serviço gratuito, a remuneração por si só, não excluiu a necessidade da presença de outrem, para que fosse realizada uma ação em prol do bem. Na visão de Leif e Rustin (1960).

Não distingue a educação intelectual da educação moral. A primeira não tem sentido em vista da segunda. Esta é o resultado daquela. Que a cabeça seja bem e não bem cheia, e ter-se-ão, do mesmo passo, não sem dúvida, a ciência (o que não importa), mas os costumes e o entendimento. É do proveito que tirou, dará o aluno contas não pelas palavras, mas pelo testemunho de sua vida. (LEIF e RUSTIN 1960, p. 63).

Segundo Leif e Rustin (1960) a espiritualidade dos alunos foi iniciada nos bancos da escola. A docência contribuiu de maneira imprescindível com a formação espiritual dos aprendizes, nos estabelecimentos de ensino as aulas eram precedidas por orações, onde o mestre iniciou suas tarefas com a persignação, “ou sinal da cruz” seguida da ladainha, também era feita a leitura da Vida dos Santos completando-se com prece proferida, pelos discentes. Os mestres se mostraram preocupados com a vida espiritual dos alunos, intercederam a Deus pelos mesmos, suas atividades religiosas desenvolvidas em sala de aula, não eram mera repetição de gestos, nem palavras vazias, soltas ao sabor do ventos, mas consolidada com o “exemplo”. Colaborou sobremaneira, para que a cristalização da espiritualidade de seus educandos se concretizasse, pois foi respaldada pela coerência entre os atos e ensinamentos. De acordo com Leif e Rustin (1960).

A aula começa por prece rezada por um aluno, e que mestre e alunos ouvem ajoelhados e cabeça descoberta. O mestre principia cada lição pelo sinal da cruz. Sábado à tarde reza-se na classe a ladainha da Virgem. Há frequente leitura da Vida dos Santos. Frequentemente o mestre pede a Deus pelos alunos e os edifica com o exemplo de sua vida religiosa. (LEIF E RUSTIN (1960, p. 176).

Segundo Aries (1960) na história dos antepassados os “cultos religiosos não eram privados”. Nos estabelecimentos escolares os alunos usaram os manuais de boas maneiras para recitação das orações em caráter comunitário, após a higiene pessoal, no período matutino, nos colégios.. “Antes, não havia cultos religiosos privados. Os livros de civilidade mencionam a prece da manhã (nos colégios, os internos a diziam em comum após a toalete). Eles já falam menos sobre a prece da noite”. (ARIES, 1960, p. 150). Houve um autor que também salientou a importância da Bíblia no decorrer da história da humanidade, salientando que quanto mais a humanidade avançasse, mais a Bíblia seria utilizada como ferramenta educacional. “Quanto mais a cultura avançar com os séculos mais a Bíblia será utilizada, em parte como fundamento, em parte como instrumento de educação”. Leif e Rustin, 1960, p. 178).

A educação por vários séculos se utilizou da Bíblia como livro didático, onde os irmãos na fé, tornaram-se mestres daqueles que não sabiam ler, eram evangelizados e, alfabetizados ao mesmo tempo, serviram-se da palavra de Deus para conhecimento e entendimento das letras, as quais formam as palavras. Portanto, a palavra de Deus era um livro bastante lido, para que todos tivessem acesso aos seus ensinamentos e, assim puderam conformar a sua vida aos ensinamentos oriundos da mensagem contida na Bíblia. Na visão de Leif e Rustin (1960).

Segundo (Aries (1960) por razões culturais as pessoas dormiram num mesmo leito, independentemente do estado civil, ou idade. Até mesmo os pais acharam natural os filhos dormirem juntos, brincaram na cama com a anuência destes.

Este hábito perdurou por muitos tempos. “A coabitação na mesma cama era então uma prática muito difundida em todas as camadas sociais. Vimos que ela ainda subsistia no fim do século XVI, até mesmo na corte da França”. (ARIES, 1960, p. 81)

A moral vivenciada entre os cidadãos franceses, teve outra conotação, tudo era permitido entre os adultos a vista das crianças. Os adultos não viram nenhum mal, em não privar as crianças das levandades dos mesmos. Então os pensadores da época resolveram redigir tratados de civilidade, fazendo-se a distinção entre o público infantil e o adulto, em relação as atitudes e comportamentos dos adultos na presença das crianças. Os intelectuais redigiram manuais dotados de uma pedagogia voltada especificamente, para a infância, consoante a moral que foi permitida, no século XVI, ocasião em que foi respeitada a idade das crianças, em razão dos comportamentos dos adultos na presença dos mesmos. De acordo com Aries (1960).

Para Àries, (1960, p. 92),

Sob a influência desse novo clima moral, surgiu uma literatura pedagógica infantil distinta dos livros para adultos. Entre as massas de tratado de civilidade redigidos a partir do século XVI, é muito difícil reconhecer os que se dirigiam aos adultos e os

que se dirigiam às crianças. Essa confusão se explica por questões ligadas à estrutura familiar e às relações entre a família e a sociedade.

Na visão de Aires (1960) a cultura difundida no século XVI, na sociedade francesa, propiciou aos seus concidadãos uma dificuldade em relação ao discernimento entre as atitudes corretas e incorretas, pois todo tecido social era mantido confusamente, não havia clareza entre o que deveria ser ensinado a criança e ao adulto. A literatura não era distinta, no tocante aos ensinamentos destinado ao público infantil e, ou adulto, assim sendo, dificilmente a moral ideal era repassada. Posteriormente, quando se distinguiu o que constou como literatura para as crianças e para os adultos, um “novo clima moral” teve início, a partir do uso dos livros pedagógicos específicos para as crianças, separados dos adultos. Conforme Aires (1960)

Como afirma Aries (1960) foram terminantemente proibidas a leitura de livros de conteúdo inescrupulosos, que pusesse em risco a formação das crianças, que comprometeu a ética, e a idoneidade moral dos mesmos. Os educadores da época após alcançarem o status de autoridade, preocuparam-se com a infância tomaram providências, e, evitaram que chegasse às mãos das crianças uma literatura de caráter duvidoso.

Conforme Aries (1960, p. 83),

Mas no fim do século XVI uma mudança mais nítida teve lugar. Certos educadores, que iriam adquirir autoridade e impor definitivamente suas concepções e seus escrúpulos, passaram a não tolerar mais que se desse às crianças livros duvidosos. Nasceu então a ideia de se fornecer às crianças edições expurgadas de clássicos. A literatura clássica passou a ser indicada para as crianças, após as providências cabíveis, tornando a linguagem adequada ao nível do educando, livre de toda impureza que tornasse o conhecimento nocivo aos mesmos. Os docentes, cientes da sua missão enquanto “educadores” comprometeram-se com a causa da moralização da infância. Atestando desta forma a proposta de um ensino, onde as crianças fossem respeitadas, na sua puerilidade.

Os educadores impuseram sua autoridade, zelaram para que a moralidade na infância fosse respeitada. Para alcançarem seu objetivo utilizaram-se dos clássicos, sendo tomados os devidos cuidados para facilitação ao público infantil, através de um linguajar acessível ao entendimento das crianças. E, a literatura inescrupulosa, foi totalmente proibida na infância. Toda pureza da infância foi respeitada. Os docentes levaram a sério o cuidado das crianças e, assim as livraram da falta de escrúpulos dos adultos, na sociedade francesa, no século XVI. De acordo com Aries (1960).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre as contribuições da docência na França do século XVI, enriqueceu os conhecimentos, trouxe a luz muitas informações acerca de assuntos que pareciam inovações, no entanto, se constatou que são tão antigos, quanto a própria história da humanidade.

A educação é o legado que perpassará toda a história da humanidade. Desde tempos remotos arte de ensinar acompanha o humano em sua trajetória, mesmo sem a concepção dos nossos dias, como ocorreu nas comunidades primitivas, sem a profissionalização acurada dos mestres porque a educação não era sistematizada, como na atualidade. Atendeu as necessidades diárias, era de caráter solidário, nas linhagens, nos feudos, nas famílias, como responsabilidade de todos. E, assim a docência foi construindo sua história, pouco a pouco delineou seu método, plantou conhecimento deu sua colaboração a todas as gerações no processo civilizatório em todas as nações, o ensino se fez presente. Assim sendo, a educação no sentido pleno prepara o homem, para estar apto a viver em família, na comunidade, no trabalho em todas as instâncias, que sua presença se fez necessária.

A arte de ensinar pautada nos princípios educativos e civilizatórios trata-se de um processo contínuo e ininterrupto, que modela o humano com vistas ao seu aperfeiçoamento no campo espiritual, moral, intelectual e profissional. Assim sendo, todos serão aprimorados, o homem enquanto ser em sua singularidade, o homem enquanto representante da humanidade.

Nos primórdios pela rudeza dos homens, o conhecimento era repassado até de forma brutal, sob o império do chicote e da palmatória até puxões de orelhas, mas a docência não recua, vai se aperfeiçoando, a cada geração, transformando-se e gerando transformações, graças as autoridades e pensadores competentes, que não se omitiram e, trabalharam incansavelmente, para deixarem seu legado na construção de um mundo melhor.

Constata-se, ainda hoje, que prevalece uma discriminação para estar pleiteando uma vaga em determinados cursos, que só a minoria pode aspirar. Todavia, com relação especificamente a qualidade do ensino, quase nada mudou. Quem tem maior poder aquisitivo, continuou tendo acesso a melhores instituições escolares, dotadas de toda infraestrutura onde os alunos dispõe de tudo que é necessário para o desempenho das atividades escolares desde os equipamentos, até o corpo docente motivado e bem pago para estarem cumprindo sua missão a contento, não há greves, nem outros motivos desagradáveis que muitas vezes indis põe os alunos e mestres na sua missão de educadores e educandos.

A docência segue sua caminhada plantando conhecimento, prestando sua colaboração a todas as gerações no processo civilizatório, nas mais longínquas civilizações,

em todas as nações, nos primórdios pela simplicidade dos métodos, sem o acompanhamento da teoria, apenas se utilizando da linguagem verbal e gestual, a arte de ensinar se fez presente dando sua contribuição. Formar os homens eis sua missão. Formá-los desde como se comportar em situações do cotidiano, como também nos momentos onde temos que provar o nosso conhecimento, pois a vida é feita de avaliações. Somos avaliados ininterruptamente é um processo que acontece muitas vezes até de maneira imperceptível, mas, nenhum humano está isento deste ato.

Atualmente, as instituições universitárias estão mais difundidas, e outros segmentos sociais, além da igreja, também investem neste ramo de comércio. O que tem facilitado o ingresso de muitos estudantes nas universidades. Também o poder público tem investido muito na propagação do conhecimento, com a expansão do ensino superior na atualidade. A distribuição de bolsas para os alunos, contribuindo com as instituições financeiramente e, com os alunos, assim, tanto os educandos, quanto as universidades são favorecidos e, também a sociedade com o acréscimo de novas descobertas em todas as áreas do conhecimento, que ao serem comprovadas vão se configurando como ciência. O conhecimento científico se avoluma e toda a comunidade vai sendo beneficiada, no aspecto a que se refere tal descoberta, que quase sempre agrega benefícios.

Hodiernamente a arte de ensinar conhece a metodologia EAD, porém a mediação do mestre não foi dispensada o representante do docente nas respectivas instituições que trabalham com essa modalidade, são portadores de um título “tutor”. Uma nova cultura no método de ensino, mas a docência permanece como uma necessidade entre os povos. Dando sua colaboração as gerações, cumprindo sua missão na humanidade.

A humanidade alcançará novos rumos com o progresso que advém da educação. E, todas as gerações serão beneficiadas, ou prejudicadas a depender de quem, e qual conhecimento, e, também a que se destina, pois muitas vezes determinados conhecimentos adquiridos, estão a serviço da destruição do homem, como também do planeta.

A trajetória da humanidade continuará sendo construída ao longo dos séculos. Por todos aqueles que tiveram, ou tem a oportunidade de atuarem como líder em alguns dos segmentos sociais, todavia, o professor tem a primazia sobre os demais. Todos precisaram de um professor, desde aqueles que tem ofícios que parecem não ter nenhuma relevância social, ou, até ao presidente da República. E, por que não dizer representantes das grandes comunidades religiosas.

No século XVI houveram grandes transformações sociais na sociedade francesa, em virtude do contato com os costumes de outros povos, precisamente os latinos. Assim sendo, pelo fenômeno da influência recíproca entre os seres humanos os valores, costumes e, até normas se modificaram.

A arte de ensinar sempre esteve vinculada aos seres, não apenas, aqueles que são professores, enquanto profissão, mas a todos que são mestres na vida diária, no entanto, nem todos tem discernimento para compreender e preocupar-se com a missão que lhe foi conferida, enquanto ser humano, no que diz respeito ao comportamento que deve repassar ao outro. O papel do docente pode ficar repleto de cópias positivas e, ou negativas depende da sua atuação. Mas, não obstante, as mazelas deixadas por alguns, a sociedade francesa não pode deixar de reconhecer que a docência teve um papel relevante na formação humana, do povo francês.

A educação é indispensável a formação do ser humano. Humano e ensino são complementares.

7 REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Edição Revista e Ampliada. Martins Fontes, São Paulo, 2007, 5ª edição.
- ÀRIES, Philippe, **História Social da Criança e da Família**, 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC/gen, 1960.
- BELLO, Ruy de Ayres, **História da Educação**.
- BETHENCOURT Francisco, **História das Inquisições**.
- DUBY Georges e PERROT Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**, 507ª ed. vol. 03, Roma-Bari: 1991.
- FERREIRA. Sérgio, Andrea. **Direito Administrativo Didático**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo e Administração Pública**. 21ª ed. Petrópolis: Sermograf – Artes Gráficas e Editora Ltda. 2008.
- JUNIOR, Hilário Franco. **A Idade Média Nascimento do Ocidente**. 2ª ed. Brasiliense, 2001
- GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2001
- LEIF. J. e RUSTIN G. **Pedagogia Geral – Pelo estudo das doutrinas pedagógicas**, Nacional, São Paulo: 1960.
- MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação da Antiguidade aos nossos dias**. 10ª ed. S. Paulo: Cortez 2002.
- PERNOUD, Régine. **Luz sobre a Idade Média**. 158026/6749 ed. Martins CODEX 1996.
- _____. **Idade Média: o que não nos ensinaram**. Ver PR 240/1979 pp. 520-534.
- PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 12ª ed. S. Paulo: Cortez, 1992.
- SHAPIRO, Harry. **Homem, Cultura e Sociedade**. 1ª ed. Brasil-Portugal: Fundo de Cultura 1966.